

# **RELATÓRIO**

## **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

**Processos. Construções. Possibilidades. Conquistas.**

**2013 - 2017**

Walterlina Brasil

Aline Andriolo

*Elaboração e Revisão Técnica*

PORTO VELHO, RO  
AGOSTO 2013 - JULHO DE 2017

RELATORIO  
**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**  
**Processos. Construções. Possibilidades. Conquistas.**

Walterlina Brasil  
*Coordenadora da Equipe*

Avacir Gomes dos Santos  
Aline Andriolo  
Carlaile Largura do Vale  
Celielson de Aguiar Brito  
Dério Garcia Bresciani  
Eliane Silva Leite  
Emanuel Veríssimo Castro  
Humberto Hissashi Takeda  
Jadiael Rodrigues da Silva  
Jane Aparecida Nunes Araújo  
Janine Félix da Silva  
Jefferson Araújo Sodré  
João Elói de Melo  
Leonel Gandi dos Santos  
Marcello Batista Ribeiro  
Marcelino Pereira da Silva  
Maria Ferreira de Souza  
Patrícia de Mello Cardoso  
Patrícia Batista Franco  
Reginilson Corrêa de Carvalho Guimarães  
Tomás Daniel Menendez Rodriguez  
*Equipe Responsável*  
*Participantes da Gestão*

Maria Berenice Alho da Costa Tourinho  
**Apoio institucional. Reitora 2012-2016**

## NOTA

Este RELATÓRIO atende ao propósito de registro das atividades da CPAV no período de 2013 a 2017, por sua Coordenadora. De fato, o relatório apresenta o engajamento de uma equipe de trabalho que se dispôs a contribuir com tempo, inteligência, persistência e disposição para obter o sucesso do Projeto. Durante o processo, registre-se que há permanente compartilhamento dos eventos e dados com a equipe.

Considerando o objetivo do RELATORIO, estão destacados o envolvimento e empenho dos seguintes profissionais no período referido: Avacir Gomes dos Santos, Aline Andriolo, Carlaile Largura do Vale, Celielson de Aguiar Brito, Dério Garcia Bresciani, Eliane Silva Leite, Emanuel Veríssimo Castro, Humberto Hissashi Takeda, Jadiael Rodrigues da Silva, Jane Aparecida Nunes Araújo, Janine Félix da Silva, Jefferson Araújo Sodré, João Elói de Melo, Leonel Gandi dos Santos, Marcello Batista Ribeiro, Marcelino Pereira da Silva, Maria Ferreira de Souza, Patrícia de Mello Cardoso, Patrícia Batista Franco, Reginilson Corrêa de Carvalho Guimarães, Tomás Daniel Menendez Rodriguez. A reitora Maria Berenice Alho da Costa Tourinho, recebe menção por sua postura decisiva para garantia das condições necessárias com vistas a efetivar a institucionalização da CPA.

Quanto ao conteúdo, o RELATÓRIO sistematiza um conjunto de registros contidos no processo de institucionalização da Avaliação Interna dentro da IES e por isto promove uma bricolagem autorizada e garantida sobre os textos utilizados e de referências em torno das produções existentes – com o propósito de dar-lhe organicidade e visibilidade – bem como expressa a autenticidade dos eventos e resultados. Assim, muitas partes dos textos foram integralmente adotados na redação, adaptados ou transcritos, dispensando – em certas incorporações – o uso de aspas. Isto foi uma decisão consciente com vistas a reificar a legitimidade da experiência vivida, registrada e construída por todos.

O RELATÓRIO evidencia, portanto, ganhos e avanços na gestão universitária diante do empenho de uma equipe silenciosa (as vezes silenciada) e disposta a tornar efetiva a gestão da qualidade das práticas instituídas no interior de uma Universidade Amazônica, em tempos sempre tão difíceis, e correspondendo a necessidade de constante aprimoramento e perseverança.

Comissão Própria de Avaliação Institucional da UNIR

[www.avaliaoainstitucional.unir.br](http://www.avaliaoainstitucional.unir.br)

### DA COORDENAÇÃO 2013 - 2017

#### WALTERLINA BRASIL

- Docente do Departamento de Ciências da Educação, Universidade Federal de Rondônia, Campus de Porto Velho. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior, onde foi líder de Grupo no período de 2004 – 2017. Coordena o Projeto Observatório da Educação Superior e Desenvolvimento. Coordenou a implantação da Comissão Própria de Avaliação – CPAV-UNIR no período de 2013 – 2017.
- Lattes: [lattes.cnpq.br/3555085551615800](http://lattes.cnpq.br/3555085551615800)
- Pagina Profissional: [www.walterlinabrasil.unir.br](http://www.walterlinabrasil.unir.br)
- Blog: [blogspot.com.br/walterlinabrasil](http://blogspot.com.br/walterlinabrasil) (Universitas in Maiêutica)
- Facebook: <https://www.facebook.com/walterlina.brasil>
- Twitter: @walterlinab
- Academia: [www.academia.edu/walterlinabrasil](http://www.academia.edu/walterlinabrasil)
- Comissão Própria de Avaliação UNIR: [www.avaliaoainstitucional.unir.br](http://www.avaliaoainstitucional.unir.br)

## LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Esquema lógico de trabalho da CPAv .....	12
Figura 2 – Documento de divulgação da localização e estrutura da CPAv nos Campi. ....	17
Figura 3 – Distribuição da UNIR no Estado de Rondônia.....	17
Figura 4 – Projeto de Avaliação Institucional Interna da UNIR: Ciclo Avaliativo.....	24
Figura 5 – Etapas metodológicas para construção e finalização dos Instrumentos de Avaliação Institucional e de Cursos da UNIR.....	24
Figura 6 – Projeto Memória da Comissão Própria de Avaliação da UNIR.....	25
Figura 7 - Metodologia da análise dos dados do Pré-teste de Avaliação dos Instrumentos, exemplo Instrumento de Avaliação de Curso do Aluno.....	26
Figura 8 - Extrato da Avaliação Institucional Interna e Pré-teste da Avaliação Interna de Curso – Ano Base 2015. ....	26
Figura 9 – Todos os Cadernos da CPAv publicados até 2017.....	28
Figura 10 – Biblioteca de vídeos no site da CPAv.....	29
Figura 11 – Alguns integrantes da Equipe de 2014 a 2017.....	30
Figura 12 – Mobilização em torno da Avaliação Institucional. .Em A) Mobilização de 2014 e oficinas de 2015 a 2016 para construção dos Instrumentos de Avaliação de Curso e Avaliação Institucional; em B) Oficina com os professores dos NDEs dos cursos para finalização do Instrumento de Avaliação de Curso. ....	31
Figura 13– Estrutura de gestão da CPAv na UNIR.....	32

## **LISTA DE TABELA**

Tabela 1– Dados Técnicos das atividades com Grupo Focal/Grupo de entrevista dos professores..... 35

Tabela 2 – Dados Técnicos das atividades com Grupo Focal/Grupo de entrevista dos alunos ..... 35

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	5
1.1 Cenário .....	5
1.2 O debate sobre a avaliação institucional: entre ação e contradição.....	7
1.3 Por que esta experiência é tão importante? .....	9
1.4 Da CPA do SINAES para CPA na IES. Aspectos inovadores na gestão da CPA.....	13
<b>2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIR</b> .....	16
2.1 A que se refere este RELATÓRIO? .....	16
2.2 O que este Projeto expressa?.....	17
<b>3 AS AÇÕES METODOLÓGICAS</b> .....	19
3.1 Atuar com marco teórico.....	20
3.2 Atuar com princípios e com transparência.....	23
3.3 Atuar com técnica e confiabilidade.....	25
3.4 Atuar com informação e comunicação.....	27
3.5 Atuar com equipe .....	30
3.6 Atuar com legitimidade.....	31
<b>4. INFLUÊNCIAS E RESULTADOS</b> .....	32
4.1 Resultados perenes: instrumentos de avaliação institucional; instrumentos de avaliação de curso .....	32
4.2 Resultados políticos: criação do ciclo avaliativo .....	33
4.3 Resultados preliminares: Instrumento de Avaliação do Processo Pedagógico do Professor pelo Aluno.....	33
<b>5 DESAFIOS</b> .....	36
5.1 Formação continuada e aproximação tática com os NDE.....	37
5.2 Vinculação com as Unidades de acompanhamento e controle.....	37
5.3 Voz ainda mais ativa no debate e comunicação dos dados institucionais .....	37
5.4 Contribuições para institucionalização da Educação a Distância.....	38
5.5 Participação na efetivação da política de egressos.....	38
5.6 Material de divulgação compatível em Libras e Braille.....	38
<b>6 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	45

## 1 INTRODUÇÃO

Trataremos do contexto da avaliação institucional indicando a situação da UNIR como única instituição de educação superior pública em Rondônia, de tipo universitária, para apresentar o porquê esta experiência é tão importante, quais aspectos podem ser indicados como inovadores no Projeto e, por fim os dados sobre a legalidade da atuação da CPA na UNIR.

A finalidade da autoavaliação passa pela leitura contextualizada da nossa instituição, a ser indicada no relatório de publicação de resultado posto que, eximir-se ou abrir mão dessa contribuição à avaliação externa, levaria a um panorama equivocado de nossa realidade se submetido a critérios padronizados e descontextualizados. Deste modo, prossegue a descrição do Projeto em outro apartado, para encerrar com listagem dos dados técnicos, participantes entre outras informações importantes.

### 1.1 Cenário

Em 1982 a UNIR se apresenta como instituição federal capaz de atender a demanda por ensino superior. No contexto, responde à altura as condições interpostas pelo auge da pauta da abertura política do país, assumindo a sua autonomia política desde o princípio. O efeito colateral foi que, apesar da necessidade de entender e participar das agendas nacionais, converteu-se – por longo tempo - em uma instituição politicamente tensa e administrativamente negligenciada, especialmente quando em períodos de disputa e ressentimentos sobre o poder interno ou as agendas e mecanismos de acesso a ele, que consumiu 20 anos de sua história (1992 – 2012).

O fragmento do texto *Constituição Regional da Qualificação Docente Universitária* produzido por Brasil, W; Andretta, P. e Sousa, N (2016) expressa de forma adequada a conjuntura na qual o processo avaliativo está inserido em uma IFES como a UNIR e o significado que o reconhecimento deste processo pode inspirar à continuidade da prática avaliativa e do planejamento nesta e em IFES em situação semelhante:

(...)

Para constituir a oferta de ensino superior para população, a UNIR tem um percurso com variáveis importantes, tais como os conflitos e a dimensão da política com as disputas de poder interno. Este fator se faz importante, pois a sobrevivência

institucional e as respostas apresentadas para os avanços na consolidação da instituição respondem às complicações políticas que interferem no adequado uso das ferramentas de gestão que a levassem a constituir-se como universidade, uma vez que o planejamento e a avaliação foram tratados à margem diante dos contextos de crise pelo qual a universidade atravessou.

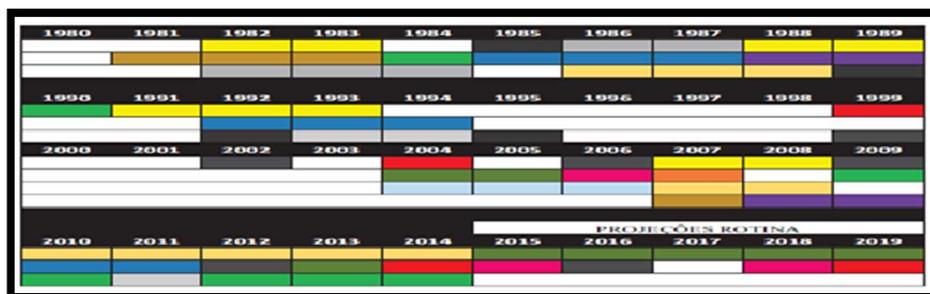
O **Quadro 1**, apresentado a seguir, simplifica os principais eventos pelos quais a UNIR passou, posicionando aqueles mais importantes para a gestão da Instituição de Ensino Superior (IES), como: planejamento e avaliação; demanda na criação de cursos; contratação de recursos humanos docentes e técnicos; expansão da oferta e territorial, em paralelo aos eventos políticos e de crise. Aqui, este dado é importante porque demonstra que a IES contou com várias versões de planejamento, sem necessariamente, obter um modelo institucional, uma vez que não foram efetivadas de modo sistemático, determinado por um consenso em torno dos objetivos institucionais. Esses elementos seguramente interferem na compreensão sobre a importância da consolidação de um guia para a atividade científica na IES.

Vejamos:

LEGENDA APLICADA AO QUADRO 1

Expansão Acadêmica	Organização Interna	Expansão Física	Ordenação Política (Gestão)
Criação de Cursos	Planejamentos Institucionais (Pressão Externa)	Implantação da Educação a Distância	Crises políticas agudas (internas)
Contratação de docentes	Planejamentos Institucionais (Mobilização Interna)	Interiorização presencial	Novas reitorias
Contratação de técnicos	Avaliação Institucional	Interiorização EAD (pólos)	
	Avaliação Institucional (Final de Ciclo)		

**QUADRO 1 - HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA UNIR**



Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (2006; 2014) In: BRASIL, W. Et alii (2016)

Por certo que a IFES cresceu durante este período. Investimentos ocorreram. Entretanto o curso da ingovernabilidade se tornou nodal para que as relações se profissionalizassem dentro do próprio clima organizacional e político. Este “passivo” exigiu, a partir de 2012, a retomada da governabilidade. A necessidade de retornar os rumos a partir da condição de normalidade jurídica, fez com que entre 2012 e 2014 a Universidade tivesse como foco equacionar os problemas administrativos. Ainda assim, sob o incremento de duas greves nacionais, conjugadas a uma greve local, uma política em torno da avaliação institucional é gestada.

Apresentar um discurso em favor da avaliação se tratava de algo impensável. No máximo, fazê-la como recurso administrativo e/ou burocrático. Mas foi por onde se torna possível começar. Os resultados, pelas razões apontadas neste RELATÓRIO, superam as expectativas e encaminham para consolidação interna do processo. Para uma região como é a Amazônia experiências como estas contadas, estudadas e implementadas podem ser inspiradoras.

## **1.2 O debate sobre a avaliação institucional: entre ação e contradição**

O grande desafio por demonstrar que um Projeto de Avaliação Institucional é um instrumento a ser premiado é a submissão que este carrega, na origem, por pertencer a um Sistema Nacional em tempos de Estado Regulador. Mais que isto: que a regulação na política de qualidade se tornar maior do que o propósito que o constitui e os espaços de diálogo se esvaziam em notas, dados estatísticos, números e uma objetividade que parece contradizer com a necessidade de melhoria de processos e a prática em torno da **qualidade** do ensino.

A partir de sua condição epistemológica, é consenso que avaliar não é uma tarefa fácil. Tem-se exigido um olhar apurado das Comissões de Avaliação sobre a instituição e seus processos, para que possa contribuir efetivamente na melhoria dos aspectos acadêmicos e administrativos da instituição. Segundo Dias Sobrinho (2003), a autoavaliação institucional é o processo que envolve a Universidade em conhecer-se e ser conhecida pela sua comunidade acadêmica e que, articulada a gestão acadêmica, tem grande potencial para contribuir com as estratégias institucionais, na busca da melhoria contínua e nos direcionamentos da universidade, na formação de cidadãos críticos, detentores de competências que permitam uma reação em cadeia, como ciclo virtuoso de boas práticas e pertencimento institucional em torno de uma gestão que não dependa exclusivamente das circunstâncias e parâmetros individuais para tomada de decisão.

É difundido na literatura o quanto a Universidade como instituição tem se tornado agente que serve para manter, como para [tanto não aparece] transformar as relações sociais. Mediadas entre uma relação com o Estado, Governos, Políticos, Empresas e intensa demanda social, crescente e mormente vinculada ao mercado de trabalho, há incontestável contradição das funções universitárias (SANTOS, 1997). A Universidade estremece entre a flexibilidade ou não em sua atuação, no campo

cultural, científico, tecnológico onde as políticas universitárias se rendem para uma multiplicidade de funções que se contradizem, como assinala Santos (1997).

Esta multiplicidade de funções se origina nas articulações cada vez mais acentuadas de organizações mundiais, de cunho econômico, que responsabiliza as Universidades por cada vez mais tarefas. São diversos os documentos que conduzem a afirmar que as IES devem responder por ações relacionadas ao fortalecimento da economia até a preparação de líderes sociais. Ao contrário do que esteja insinuado, isto não gera um “engrandecimento” automático das Universidades, mas uma pressão por mais tarefas, mais respostas “automáticas” e cada vez mais definição de um modelo de resposta na gestão universitária que se dilui no campo da formação universitária e do papel constitucional que a Universidade, no Brasil, possui.

Os critérios e modelos de avaliação propostos para a educação brasileira (e aqui destaca-se a educação superior) pressionam a autonomia institucional. A proposta, calcada nos critérios de um Estado Regulador que se aprofunda quando se concebe como Estado Avaliador (NEAVE, G. 1996), atenua os espaços de criação, fluxo e diálogos porque ficam cerceados e permeados pela condição das respostas a serem dadas dentro desses modelos. Isto prejudica, em grande parte, a narrativa em torno do debate sobre a construção de um processo de avaliação institucional interna efetiva, envolvente, democrática e legítima, abrangendo toda a comunidade acadêmica. Não obstante, a lei também fornece os parâmetros para as IES, sobre como todos (avaliados e avaliadores) devem se portar diante dos processos avaliativos, visando a imprimir transparência nas avaliações e convergir para os demais mecanismos avaliativos que regulam as atividades e responsabilidades dessas no Brasil (BRASIL, 2004).

Dentro da própria incorporação do SINAES é notável a consideração da avaliação quando se trata da prática em instituições privadas do que em relação as instituições públicas, especialmente as Federais. Cavalieri, Macedo-Soares e Thiollent (2004) propuseram um processo avaliativo que fosse alinhado com as dez dimensões de avaliação no roteiro definido pela CONAES. Nas primeiras as rotinas e exigências são cumpridas com rigor e ritualística pacificada. Nas IFES não se encontrou como a instituição possa ser avaliada pelo próprio mantenedor sem que a relação e os resultados desse processo estejam claros para todos. A interlocução entre avaliação e o mantenedor público da IES avaliada é um dos componentes mais embaraçosos para

que a proposta possa ser assimilada. A função mediadora proposta por Dias Sobrinho (2004) parecem ser impraticáveis. Mas não é assim.

No debate sobre avaliação institucional e o sistema que a define, é preciso deixar claro que os propósitos da avaliação pelo Estado são distintos. Se entendemos que o SINAES representa efetivamente o cumprimento do papel regulatório que o Estado pretende, manter essa perspectiva com as vantagens que um Sistema Nacional possui e declara, torna-se um encaminhamento contraditório e pouco ético, uma vez que o **conceito** de avaliação não declinará diante desta dura realidade, mas a práticas que duvidem dos seus corolários é que talvez o façam.

Um conceito de avaliação – e a concepção que gera suas práticas e instrumentos - é o espaço para a criação da antítese sob a qual o processo de autoconhecimento institucional, com vistas a melhorar a qualidade de suas funções, produz a força necessária para insistir na atenção às condições de oferta e manutenção da educação superior como bem público. Neste aspecto, a experiência da UNIR trouxe o empenho de uma equipe de não-especialistas para assegurar, na permeabilidade de um conceito e mesmo mobilizada a partir da demanda de reestruturação da governança e das condições para gestão, fazer-se diferente e na contramão da imposição dos modelos de eficiência, controle, qualidade e medidas. É possível.

### **1.3 Por que esta experiência é tão importante?**

É fundamental ganhar competência em avaliação institucional para gestão universitária. A experiência e sistemática da UNIR é consistente e generalizável. Isto a torna potencialmente capaz de ser reproduzida e obter, no conjunto das práticas de avaliação institucional, uma ideia capaz de ser apreendida. Este RELATÓRIO demonstra as ações conduzidas pela Comissão Própria de Avaliação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) para inserção da Avaliação Institucional como prática e ferramenta de gestão. Apresentado por sua Coordenadora, responde, na verdade, ao trabalho das equipes envolvidas no período de 2013 a 2017. Os detalhes sobre a equipe diretamente envolvida para o sucesso da experiência, são oferecidos ao final do documento.

Dentre as Universidades Federais do Brasil, a CPA da Universidade Federal de Rondônia e as CPAs das universidades da região sul do país – UFSC, UFRGS, UFSM – e as CPA da UFRN, UFG e UNB trabalham de forma parecida, como pode ser observado visitando os sites (oficinas com os NDEs, encontros entre os membros,

reuniões pré-agendadas, transparência com as atividades, produção de vídeos e outros documentos informativos e etc.). Todos os sites de CPA das universidades citadas possuem muitas informações relacionadas as avaliações institucionais internas e externas. É visível que a Avaliação Institucional nessas Universidades está mais avançada e isto é bom porque apontam adiante as lacunas e espaços a serem conquistados também na UNIR.

Porém, comparando a CPA-UNIR com as CPAs das Universidades Federais da Região Norte – UFAC, UFAM, UNIFAP, UFT e UFRR – a CPA da UNIR possui uma política de trabalho diferente<sup>1</sup>. Possui mais informações públicas, sendo uns dos seus diferenciais o resgate da Memória da Avaliação da Universidade.

Perceber que a Avaliação Institucional da UNIR está trabalhando e se desenvolvendo em consonância com as universidades pioneiras em Avaliação Institucional mostra que UNIR segue no caminho certo e fazendo uma Avaliação Institucional personalizada.

A narrativa deste RELATÓRIO procura elucidar os desafios em construir e compreender a inserção da avaliação para melhorar a gestão universitária. A metodologia adotada, sua fundamentação teórica e as técnicas de construção dos instrumentos para avaliação institucional podem ser claramente identificadas como consistentes e capazes de gerar a transformação da gestão. Sabe-se que é almejado em todo sistema de educação nacional que a Avaliação consiga superar ou reinterpretar as condições para o Estado Avaliador ou Regulador, de modo que a avaliação consiga ser objeto de uma prática da gestão. Os resultados parciais desta experiência promovem tal condição.

O projeto de avaliação institucional deve envolver a UNIR. Esta Universidade é *multicampi*. Possui até o momento deste RELATÓRIO 8 campi, 65 cursos (58 presenciais e 7 à distância), 10.904 alunos matriculados (alunos de graduação presencial e da EAD) e 800 professores. Destes cursos 6 (seis) possuíam situação regularizada até 2012. Pouca sistematização em relação à instituição dos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos (NDE) e bem como a regularidade dos mesmos, através de processo interno.

A partir de 2012 foram retomadas as ações quanto a padronização e encaminhamento das normas internas, com vistas a regularização da Instituição quanto

---

<sup>1</sup> Consideramos os dados de sítios eletrônicos até agosto de 2017.

a sua condição de Universidade e processos de certificação dos Cursos. Para isto, as ações estiveram coordenadas na Diretoria de Regulação da Pró-Reitoria de Graduação, porque se tratava da orientação a respeito do que deve ser feito para o que os Cursos atenderem às exigências do MEC e aos registros adequados na plataforma do Sistema E-MEC. Também foi conduzido as questões sobre quais os critérios seriam os determinados para esta obediência. Dessa forma retoma-se a necessária regularização, com as evidências necessárias junto as Unidades.

Sabe-se que a ênfase na regularização da instituição pode levar a um ambiente voltado para “estudar para a prova”, obter uma “Nota” de Reconhecimento e buscar mantê-la somente quando e “se” cobrado. A esta tendência é necessário o equilíbrio com os demais itens do Sistema: a Supervisão (que de certo modo se tem com os resultados das visitas in loco e do ENADE) e a Avaliação Institucional (que se obtém também a partir das visitas in loco e da ação avaliativa no seio da própria Universidade).

Aqui tratamos especificamente da ação de avaliação institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação CPA na IES<sup>2</sup> que foi dirigida ao apoio das ações de credenciamento da IES, a inserção da avaliação nos Cursos e contribuição a avaliação pedagógica dos professores.

O objetivo dos trabalhos sempre esteve voltado para assegurar os princípios da prática da avaliação institucional no âmbito dos Cursos da UNIR e, a partir deles, o diálogo e construção dos sentidos do trabalho acadêmico em relação aos instrumentos que vão expressar os compromissos institucionais.

A Avaliação atendeu a demanda pela elaboração do PDI, oferecendo os orientadores de partida através de coleta para a Matriz DAFO. Isto demonstrou a pertinência da Avaliação Institucional e contribuiu para que a Comissão do PDI obtivesse dados capazes de subsidiar as ações preliminares para elaboração do documento. O mérito esteve em conseguir fazer tudo isto em quatro meses, considerando que a equipe inicia os trabalhos em agosto de 2013. O relatório da Comissão esteve disponível, bem como toda a base de dados, em janeiro de 2014.

---

<sup>2</sup> Documento sobre os fundamentos do SINAES – Concepção (Art. 11, Lei 10.861/2004; Art. 7 e 10 da Portaria 2.051/2004).

A Comissão PDI atuou de maneira própria, metodologicamente consistente e independente conforme descreve no documento aprovado pelo Conselho Universitário em 15 de junho de 2014 ([http://www.pdi.unir.br/downloads/2692\\_pdi\\_unir\\_2014\\_2018\\_versao\\_pos\\_consun\\_15\\_de\\_junho\\_2014\\_177.pdf](http://www.pdi.unir.br/downloads/2692_pdi_unir_2014_2018_versao_pos_consun_15_de_junho_2014_177.pdf)).

Este fator é inusitado porque, via de regra, cabe a Avaliação Institucional realizar as atividades partindo do PDI. Mas na UNIR o processo ocorre em ordem inversa e isto representa a capacidade de articular a necessidade da instituição às ferramentas disponíveis. Longe de insinuar uma distinção entre a obrigação legal e seu cumprimento, mas demonstrar que, cumprindo o seu papel, de fato seria um aceno confiável para tomada de decisões. No caso, avaliar e reavaliar para obter um PDI pode realizar-se também a partir da atuação da CPAV.

O esquema lógico de trabalho da CPAV na UNIR demonstra os resultados concretos do Projeto. Em perfilação horizontalizada, tem-se três processos simultâneos atualmente institucionalizados a partir do assessoramento da CPAV e dos resultados que estabeleceu no diálogo com os participantes dos eventos.

Figura 1 - Esquema lógico de trabalho da CPAV



Durante a Oficina que iniciou os trabalhos da CPAV, realizada entre outubro e dezembro de 2014, a Comissão fez a coleta das intenções da comunidade sobre o que

deveria ser estudado. Isto gerou uma lista de 10 possíveis instrumentos para coleta de dados para avaliação institucional. As oficinas subsequentes foram criadas para atender a prioridade de criar os questionários a serem definidos como instrumentos oficiais de avaliação interna institucional e de cursos, porque estes estavam ao alcance da ação imediata da CPAV e seriam basilares para todo o demais.

Os outros instrumentos sugeridos foram sendo amadurecidos nos diálogos das oficinas e dirigidos a construção do Sistema Interno de Avaliação Institucional (SINAVI).

Portanto, pretende-se que até 2020 a UNIR possua um fluxo de informação e rotina que atenda aos princípios da avaliação institucional e ao contexto sob qual se deseja que a Avaliação subsista e avance em seu papel subsidiário do diálogo e tomada de decisões entre as diversas ações e funções institucionais.

Em relação aos Cursos, há demonstração da cooperação com a avaliação dos cursos. Havia a necessidade de superar que a avaliação de Curso fosse entendida como o instrumento aplicado aos estudantes sobre o desempenho docente em aula, a partir do semestre letivo. Não havia a consideração sobre a importância e a articulação que era necessária entre os instrumentos do INEP e a preparação da UNIR em ter uma ação voltada especificamente para a observação relacionada ao desenvolvimento do Curso em seu cotidiano.

#### **1.4 Da CPA do SINAES para CPA na IES. Aspectos inovadores na gestão da CPA.**

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no Brasil se constitui por três ações articuladas<sup>3</sup>: A Supervisão. A Regulação. A Avaliação. Para cada uma estão definidas tarefas e limites quanto aos respectivos papéis, dentro do processo de aferição das políticas de qualidade, nos resultados das Instituições de Ensino Superior – IES, quando da oferta de seus serviços.

A Supervisão abarca atividade estatal de verificação de cumprimento da legislação pelas instituições de ensino, e tem por meta a garantia de padrão de qualidade da educação. A regulação trata da atividade que compreende elaboração de normas, controle, coleta de informações e avaliação da oferta de educação superior

---

<sup>3</sup>Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o SINAES e dá outras providências.

pelas instituições de ensino (SERES/MEC). Supervisão e Regulação possuem um universo conhecido de práticas já amparadas pelo ambiente da administração pública.

São vários processos já consolidados dentro da Universidade e sob as quais as ações de avaliação se movimentam ou se alimentam. Por isto, na prática, Regulação e Supervisão acabam por confundirem-se, a si mesmas, com a avaliação. Em parte isto decorre da ideia de que julgamentos e benefícios dos resultados e medidas alcançados na Instituição estão diluídos em seus [dela] resultados, e são expressos a partir do conjunto dessas três atividades. Por consequência, que produzam “naturalmente” diversos formatos de avaliação preexistentes envolvendo as medidas como linguagem mais acessível para comunicar o resultado (CPAV-UNIR RELATÓRIO, 2006)<sup>4</sup>.

Embora sejam inúmeras as normas que interferem na gestão do sistema de educação superior brasileiro - e muitas delas pareçam conflitar em relação aos espaços de atuação dos agentes públicos - a IES deve ter clareza quanto à política para qualidade do ensino de graduação e pós-graduação por ela defendida. A graduação tem especial destaque por ser uma ação básica na finalidade de formação profissional pela IES, devidamente orientada e orientadora das ações de extensão e pesquisa, porque indissociáveis (Artigo 207 da Constituição Federal de 1988).

A avaliação na educação superior é, sobretudo, uma atitude gestora com foco na governança. As ações e respostas da avaliação têm seu processo determinado pelo engajamento. Este é medido conforme a incorporação dos resultados após coleta dos dados. Entretanto, a apropriação não deve abandonar, de modo algum, o contexto da produção das análises e soluções para as questões a serem apoiadas, melhoradas ou revistas. Por sua vez, em se tratando de indicadores, tais unidades de medida não abandonam a subjetividade e, menos, os riscos inerentes dessa subjetividade nas ações dos atores que avaliam e dos interesses e pressões a que respondem no âmbito da administração pública. Cobram pertinência especialmente aquelas inerentes a gestão e a sustentabilidade financeira.

Por fim, há que considerar dois documentos institucionais básicos que se prestam, por força legal, como orientadores para a qualidade do ensino: o PDI e PPI (Lei 5.773 de 9 de maio de 2016). No SINAES, tais documentos influenciam os

---

<sup>4</sup> Cfr. Relatório 2006 que apontou que uma IES tem vários modos de produzir e realizar avaliação: modelos Descritivos; Descritivos-Analíticos; Reflexivos-Interpretativos e Reflexivos-Participativos (pag. 16).

Instrumentos de Avaliação Institucional e de Curso, de modo que as Dimensões e Eixos propostos no SINAES e nos instrumentos possam ser convergentes. Assim, para a CPA tornou-se de grande importância influenciar e conduzir as atividades que pudessem ser determinantes para que a avaliação institucional influenciasse a tomada de decisões e orientar a prática da avaliação nos Cursos, nos processos acadêmicos para gestão pedagógica (avaliação da prática docente pelo aluno) e no planejamento do curso.

A exigência da Avaliação Institucional Interna pela legislação atende as orientações legais contidas na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Portaria MEC nº 2.051, de 09 de junho de 2004, Instruções Normativas INEP decorrentes, em especial, das normativas preconizadas na Portaria Normativa nº 40, de 2007, com redação dada pela Portaria Normativa 24, de 2012 e Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006, e Regimento da CPAV disposto pela Resolução 021/CONSUN/UNIR/2014.

A proposta esteve a cargo da Comissão Própria de Avaliação da UNIR (CPAV), instituída através das Portaria nº 1.114/GR/UNIR, de 28 de outubro de 2014, complementada com a Portaria 099/2015/GR/UNIR de fevereiro de 2015. Para sua elaboração considerou-se os documentos de trabalho do INEP<sup>5</sup>, especialmente os instrumentos de avaliação de Curso (Instrução Normativa 08/2015), instrumentos de avaliação institucional externa e o acúmulo das experiências de avaliação vivenciadas pelos Cursos e pela CPAV ao longo do tempo. Este último aspecto fez com que a CPAV atual assumisse grande parte o conteúdo e o texto do Projeto de Avaliação Institucional redigido para o período 2004-2006.

---

<sup>5</sup> Instrumentos de Avaliação Curso de Graduação, Nota Técnica 08/2015: [http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino-legislacao\\_normas/notas-tecnicas-inep](http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino-legislacao_normas/notas-tecnicas-inep)

## 2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIR

Onde se apresenta os elementos que constituem, justificam e caracterizam a proposta.

### 2.1 A que se refere este RELATÓRIO?

A CPAv apresenta este RELATÓRIO como um documento que registra o percurso da Avaliação Institucional na UNIR e a metodologia sob a qual foi conduzida, gerando ações na avaliação de Curso. A ideia é deixar transparente como atuou para acolher e aprovar os procedimentos para elaboração dos Planos Melhorias, Protocolos de Compromisso e Termo de Cumprimento de Metas. Assim, apresentamos os critérios sob os quais as Unidades responsáveis pelos cursos devam gerar os Protocolos de Compromisso; Planos de Melhoria e Termo de Cumprimento de Metas (Relatórios) os cursos desejem uma atenção favorável por parte da CPAv.

Isto permitirá que a CPAv atue na garantia do conceito de avaliação institucional<sup>6</sup> desde sua concepção e estímulo para que as decisões relacionadas à avaliação, estejam o mais próximo das práticas participativas, adequadas à gestão democrática, à corresponsabilização dos sujeitos e a uma visão e missão institucional coerentes com os desafios que a UNIR se dispõe superar.

Uma rotina de critérios é necessária porque entendemos que a avaliação transparente poderá relacionar as diversas formas de produção da informação garantindo as medidas saneadoras mais realistas quanto a IES e de seus cursos, bem como descrições dos impactos relativos as decisões da mantenedora.

Os formulários estão disponíveis para os membros da CPA nas Comissões dos cursos e dirigentes na página da CPAv no site da UNIR ([www.avaliacaoinstitucional.unir.br](http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br)). Certamente teremos como resultado a uniformização da atuação das pessoas implicadas na avaliação institucional pela CPAv-UNIR.

---

<sup>6</sup> Projeto de Avaliação da CPAv, link de acesso:  
<http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/?pag=estatica&id=3934&titulo=Projeto%20de%20Avalia%E7%E3o>

## 2.2 O que este Projeto expressa?

A Universidade Federal de Rondônia abrange um total de 52 (cinquenta e dois) municípios da Amazônia Ocidental. Possui uma estrutura *multicampi* distribuindo-se por todo o Estado de forma homogênea em Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena, conforme figura 1. Portanto, o Projeto expressa a capacidade de trabalho e organização da equipe em torno da mobilização para a avaliação institucional.

A primeira equipe da Comissão Própria de Avaliação da UNIR-Executiva foi formada em 2014, Portaria 1.114/2014/GR/UNIR de 28 de outubro de 2014, visitou os Campi da UNIR com a finalidade de divulgar e mobilizar a comunidade acadêmica sobre a Avaliação Institucional e para formação das equipes descentralizadas nos campi. Essa mobilização começou no segundo semestre de 2014 e finalizou em 2015 (vídeo da mobilização em 2014: <https://www.youtube.com/watch?v=AK4LmHZTBPU>).

Figura 2 – Documento de divulgação da localização e estrutura da CPAV nos Campi.

Uma vez que as Comissões descentralizadas nos Campi foram sendo formadas, a Comissão-Executiva informa as Direções dos Campi a necessidade da CPAV ter uma infraestrutura adequada de trabalho (sala equipada com mesa, cadeira, computador, armário). Nesses três anos todas as CPAs tiveram locais de trabalho, como consta no site da CPAV ([http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/4723\\_2015\\_informativo\\_cpav\\_localizacao\\_e\\_infraestrutura\\_da\\_cpav\\_unir.pdf](http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/4723_2015_informativo_cpav_localizacao_e_infraestrutura_da_cpav_unir.pdf)).

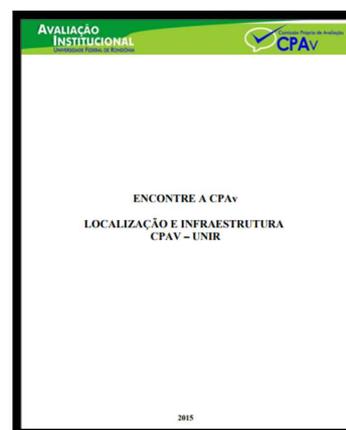


Figura 3 – Distribuição da UNIR no Estado de Rondônia.



Fonte: PDI 2014-2018 da UNIR, pág.57, adaptado. Imagens: Estrutura para CPAV local.

Essa organização da CPAV em Comissões descentralizadas nos Campi foi fundamental, já que a CPAV também tem atuação na Avaliação Externa dos Cursos realizada pelo MEC. Com a distância entre os Campi, ficaria impossível a presença do Coordenador ou outro membro da CPAV-Executiva nas reuniões com as Comissão do MEC.

Importante ficar claro que a UNIR possui apenas uma CPA, mas que cada campus possui uma representação. Dessa forma, adquire unidade e articulação igualitária, de uma relação a todas as outras, mas com autonomia para tratar e assessorar *in loco* as demandas dos cursos e das gestões locais em suas especificidades. Neste sentido a padronização das publicações e da informação auxilia bastante a coerência interna. Na mesma linha, todos os espaços físicos são compartilhados uma vez que na UNIR há uma carência indiscutível quanto a falta de espaços físicos de trabalho, especialmente gabinetes de professores.

Neste espírito, um exemplo de uniformidade na atuação entre as CPAs é a orientação nas avaliações externas de Curso. O Caderno 4 – Critérios para Atuação da CPAV nas avaliações de Curso, foi criado como um Guia para todos os membros da CPA e dá atenção aos Cursos. Esta medida é um sucesso para a rotina da CPAV (cf.:[http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/5388\\_caderno\\_4\\_guiaprotocolo\\_planomelhoria\\_\(final\\_divulgacao\).pdf](http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/5388_caderno_4_guiaprotocolo_planomelhoria_(final_divulgacao).pdf)).

### 3 AS AÇÕES METODOLÓGICAS

O ponto forte neste Projeto é considerar que os documentos e encontros da CPA com os diversos segmentos da comunidade universitária são compromissos éticos, políticos. Embora sabidos transitórios, que todo planejamento é flexível e que a realidade é austera, é necessário **se importar** com o conjunto da IES. Em nossa experiência torna-se uma questão medular tomar em sério que estes aspectos estão presentes e tomá-los eticamente.

Coordenar a avaliação implica em caminhar com o grupo de modo que todos os participantes passem a se importar com os dados e resultados obtidos. Promover um diálogo relacionado ao que conseguiu e insistir em avançar a partir do momento anterior.

Em 2006, com a perspectiva de abordagem a partir da concepção de “modelagem” e a existência da Dimensão 11 na concepção do SINAES (aquelas inerentes da IES), a CPAV trabalhou nas oficinas com vistas a buscar, no seio da comunidade, quais questões gostariam de formular como questão avaliativa e cujo resultado deveria estar dentro da Avaliação. Àquele momento foram confirmados com os interessados e nas oficinas internas da Comissão, os critérios norteadores para avaliação (indicadores) da UNIR e as respectivas questões básicas em consonância com a matriz de evidências na etapa preparatória do projeto. Estas questões, validadas pelos interessados, se apresentaram como orientação às ferramentas de avaliação:

a) **GESTÃO**: A Gestão da UNIR cumpre sua missão já declarada no PDI/2004, com vistas a alcançar a visão proposta? Como isto acontece? Neste critério de avaliação estão focados os elementos como estrutura, organização, parcerias e financeiro nas esferas educacional, política de gestão e atividades-meio.

b) **COMUNICAÇÃO**: Como se dá a estrutura de compromisso institucional entre os interessados? Neste critério são elementos relevantes a comunicação com a sociedade, a comunicação presente na gestão de processos, estrutural, interpessoal, disseminação do conhecimento, chefia e liderança. Leva-se em conta a dimensão psicossocial, atitudinal, cultura institucional.

Portanto, a pergunta que a avaliação em 2006 foi: **Como a Universidade Federal de Rondônia no conjunto, percebe as ações de gestão e comunicação na Instituição?** Para comunidade estes nodais deveriam deixar de existir e se haveria algo

a priorizar, deveria ser o que se considere necessário para profissionalizar a gestão e melhorar a comunicação. Isto que àquele momento, a comunidade percebia.

Para responder a esta pergunta, foram utilizadas diversas técnicas tais como a aplicação de questionários, entrevistas e conversas informais, observação direta, análise estatística, oficinas e seminário, consoante a uma observação participante, coletando-se informações de fontes e interessados diversos.

A equipe optou pela pesquisa direta, mediante aplicação de questionários fechados (*surveys*) evitando-se os meios eletrônicos de coleta, salvo na condição de diagnóstico de dados de perfil ou auxiliares necessários e por severa recomendação técnico-metodológica. O objetivo foi assegurar que a fonte dos dados não fosse identificada e evitar desgastes quanto a logística da própria avaliação em relação ao que os meios eletrônicos exigiam quando a internet ainda não era popularizada nas IFES. *A base de decisões e de atuação da CPAv foram suas condições objetivas.*

Respondidas as questões e apresentado o relatório (Relatório de 2006: [http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/2759\\_2006\\_relatorio\\_cpav\\_\(avaliacao\\_institucional\\_interna\).pdf](http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/2759_2006_relatorio_cpav_(avaliacao_institucional_interna).pdf)) a CPAv decidiu que deveria ser encaminhado para o CONSUN as propositivas para melhoria da UNIR através de decisão do CONSUN. Assim organizou a proposta AGENDA UNIR+25. Este documento foi aprovado no Conselho, mas não foi considerada para a gestão da UNIR.

Esta experiência ensinou que o trabalho da CPA deve ser permanente e contínuo. Não deveria subsistir apenas como uma proposta temporária, mas realmente instituída, seguindo a legislação e a autonomia inerente que está amparada em Lei.

Ao desaparecer a Dimensão 11 do SINAES e reconstituir-se o trabalho avaliativo, a CPAv reconstrói-se com base institucional (professores, técnicos e estudantes) suas prerrogativas e fundam-se as marcas de atuação em qualquer estágio da Comissão e com qualquer pessoa que venham a coordená-la.

### **3.1 Atuar com marco teórico**

A avaliação institucional possui algumas peculiaridades em função de que não apenas questões científico técnicas estão envolvidas, como também aspectos relacionais (GATTI, 2006). Ao se produzir à avaliação, leva-se em conta a “efetividade da ação institucional como um todo”. Desde o projeto apresentado ao Conselho Superior da UNIR pela CPAv em 2006, declarou-se que a finalidade da avaliação

institucional procurava contextualizar a leitura da instituição para indicar, no relatório, os campos prioritários para soluções de melhoria que se apresentassem necessários.

Se algumas “(...) definições de avaliação são operacionais, voltadas para a descrição do processo avaliativo, enquanto outras são finalísticas, pois centradas nas finalidades da avaliação” (MIRANDA, 2006), ambas coincidem reconhecer de imediato que

(...) a metodologia da avaliação permite centrar no essencial, levantando alternativas quanto a fins e meios. Ela põe em cheque a validade dos quadros de referência e indicadores tradicionais tomados acriticamente, e sugere um questionamento a partir da necessidade de obter produtos de certa qualidade, quantidade e custos. É através da constituição e implantação de programas e projetos bem avaliados e de um sistema de planejamento aberto à renovação constante que se pode sistematizar e tornar os órgãos de educação realmente orientados para uma missão conhecida, com recursos canalizados para objetivos determinados e utilizando-se de meios e instrumentos de validade comprovada.

O modelo adotado conjugou as quatro formas de avaliação na medida em que está assegurado no seu desenho metodológico ações envolvendo, ao mesmo tempo, a participação dos interessados (audiência) na definição dos caminhos para avaliação, balizando seus resultados, orientando a elaboração dos instrumentos e ajuizando os principais resultados com a formulação das *propositivas*, que se constituem em dado fundamental para que o Conselho Superior Universitário produza uma Agenda de Melhoria para a UNIR.

Para definição de modelos, consideramos o que Bonniol & Vial (2001) analisam ao considerar que a avaliação decorre, na verdade, de um processo de referenciação do qual o avaliador se utiliza para possível “iluminação” do que estiver sendo estudado. O importante para estes autores é que os interessados em avaliação devem “ter condições de visualizar diferentes correntes de avaliação a fim de utilizar de forma desapassionada os campos” (BONNIOL & VIAL, 2001, p.9).

Sobre referenciação os autores afirmam e advertem que,

(...) o fato de se vincular a um saber anterior a forma de o avaliador fazer referência a uma concepção da avaliação para escolher, conduzir, analisar ou regular uma prática de avaliação. Esse processo, que faz com que o avaliador inscreva-se no modelo de pensamento que privilegia, poucas vezes foi explicitado e controlado (BONNIOL & VIAL, 2001, p.9).

Em todo o trajeto da realização da avaliação, ocorreu a cobrança de especialistas da área ou pessoas interessadas nos resultados da avaliação a ser produzida na UNIR, a respeito de sua consistência e confiabilidade. Questionada sobre

o *modelo* utilizado no trabalho era necessário responder dentro das possibilidades teóricas assumidas.

Inicialmente sustentados em Bonniol & Vial (2001), concordamos que um modelo diz respeito ao complexo das disciplinas que dispõe a denominação em acordo com seus cânones. Podemos compreender os modelos à luz das ciências da natureza, ciências humanas e educacionais, por exemplo. De fato, “o sentido comum de modelo a imitar é o denominador de todos os sentidos da palavra, mas a imitação não é obrigatoriamente vivida como tal” (BONNIOL & VIAL, 2001, p.11). Portanto, enquanto questionados por um modelo, produzíamos efeitos de referenciação nos trabalhos das oficinas.

É importante ressaltar que o processo de avaliação é, sobretudo uma *modelação*. Segundo VIAL (2001, p.22) se a modelação for:

“(...) mais trabalhada pelos autores [do estudo ou da avaliação que estiver sendo desenvolvida], se eles agirem menos pelos modelos, poderemos especificar uma nova dinâmica na avaliação (uma nova epistême) tomada de consciência de que os modelos existentes estão todos disponíveis tornaria possível uma outra subparte, um outro pólo de referenciação: o que Ardoino chama de *multirreferencialização*. Nesse sentido, a opção por um modelo ou a confusão entre axiomática e axiologia é um freio contra a utilização de referências plurais, heterogêneas” (grifo no original).

Três concepções, segundo os autores, sintetizam as demais quando se trata de um campo tão escorregadio: **avaliação como medida**, que possui um lastro de reconhecimento e produção no campo educacional do ponto de vista da aprendizagem; **avaliação como gestão**, que tem se desenvolvido especialmente como campo das relações entre os envolvidos na avaliação e **avaliação como problemática do sentido**, que integra dimensões que fogem de esquemas estruturais para as práticas sociais.

Cada uma dessas concepções (e sua *modelagem*) segue uma cronologia de sua hegemonia no campo científico. A relevância dessa contribuição para o trabalho desenvolvido na UNIR foi considerar que cada concepção carrega uma prioridade epistemológica, ou seja, a avaliação como medida prioriza os produtos; como gestão focaliza os procedimentos; como problemática de sentido está atenta aos processos. Em nosso caso, a *modelação* foi gestada nos processos implícitos de construção do próprio processo de avaliação, identificando-nos com a última concepção. O desenho metodológico adotado para avaliação institucional da UNIR se apresenta como um resultado da adoção de um conjunto de princípios que declaram a formalização de um pensamento, que pode ser identificado nos passos adotados e a coerência obtida. Por

sua vez, este parâmetro metodológico considera que realizar a avaliação não significa estar aprovados “por estágios” como avaliadores, mas interessados em compreender diferentes perspectivas de avaliação. Os autores BONNIOL e VIAL, trabalham na perspectiva de Edgar Morin na questão da complexidade.

A equipe aceitou aquela proposta que se identificasse com o próprio anseio gerado nos encontros de trabalho, colocando-os dentro de uma oportunidade de melhoria compreendendo o sentido que possui a necessidade da pluralidade e heterogeneidade no ato avaliativo.

O modelo **reflexivo-participativo** que entendemos *referencializado* na episteme da *avaliação como problemática do sentido* - pode ser identificado como mais presente no desenho metodológico para avaliação, dada ênfase na busca incessante pela coparticipação de todos os segmentos e a observação de um roteiro sempre revisado e produzido mediante a interação com os participantes e o institucional.

### **3.2 Atuar com princípios e com transparência**

Para atuar dessa forma, as ações seguem os princípios da Avaliação Institucional na UNIR. Descritos em seu projeto no formato SINAES. Este documento trata da proposta do Projeto de Avaliação Interna da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) (Figura 3 – Projeto de Avaliação Institucional Interna da UNIR: Ciclo Avaliativo 2015-2018).

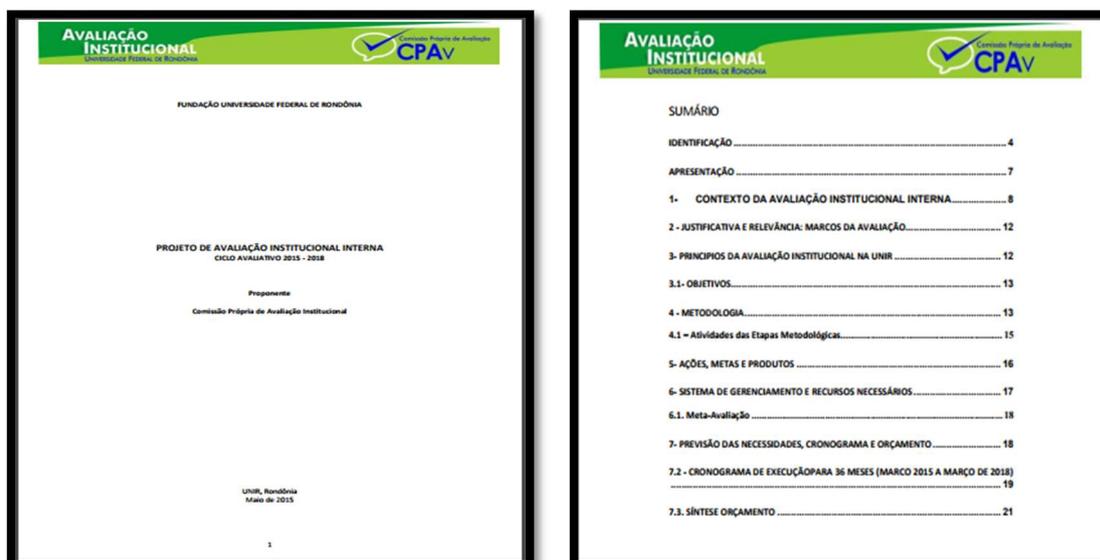
A construção da avaliação tem como ponto de partida a recuperação do processo de avaliação realizado em 2013 - após 6 (seis) anos sem que esta atividade fosse executada de forma sistemática na UNIR - e obtenção da reestruturação das equipes e da estrutura para a atividade de avaliação com o Relatório de Transição em 2014.

No conteúdo deste projeto estão: 1) a contextualizado no âmbito do Estado de Rondônia; 2) declarados os Marcos normativo, político e pedagógico que o justifica e o torna relevante; 3) os Princípios, que orientam a avaliação na UNIR, com os Objetivos geral e específico que os representam; 4) da Metodologia para obtenção das questões avaliativas e da construção das ferramentas de coleta, validação para elaboração do Plano de Melhoria e divulgação dos resultados; 5) as linhas gerais das Ações e Metas para o trabalho da avaliação bem como os Produtos da Comissão. Ao final, também estão previstos (6) o sistema de gerenciamento da CPAV para o Ciclo Avaliativo e (7) previsão das necessidades, cronograma, previsão orçamentária da avaliação no Ciclo 2015 – 2018.

Assim, é importante DECLARAR que em razão do que está exposto neste projeto, dos princípios abordados e das condições a que se submete este Ciclo, TODO o processo

de avaliação adota o **princípio da corresponsabilidade e ensaja construir no conjunto do próprio trabalho o interesse de todos pelos seus resultados.**

Figura 4 – Projeto de Avaliação Institucional Interna da UNIR: Ciclo Avaliativo 2015-2018.



Legenda: Capa e sumário do projeto de Avaliação Interna – Ciclo avaliativo 2015-2018.

A equipe coordenadora do processo de avaliação propôs que este ocorra com uma postura de indagação constante e sistemática, transformando-se e aperfeiçoando-se durante sua própria execução. Pretende-se todo o processo de formulação do projeto mediante identificação das questões de avaliação, refinamento de indicadores, produção de ferramentas e elaboração/revisão dos resultados, referenciado nas análises e sugestões dos interessados/usuários da avaliação, emergindo de sua própria execução e da meta-avaliação.

Para elaboração e finalização dos Instrumentos de Avaliação de Curso e Avaliação Institucional, seguiu-se as etapas metodológicas descritas no Projeto de Avaliação Institucional da UNIR 2015-2018 (Figura 4).

Figura 5 – Etapas metodológicas para construção e finalização dos Instrumentos de Avaliação Institucional e de Cursos da UNIR

#### **4.1 – Atividades das Etapas Metodológicas:**

O projeto de avaliação, conforme essas etapas promoverão as seguintes atividades:

**Formulação de questões avaliativas:** As questões avaliativas serão selecionadas em oficinas internas da CPAV após realização das atividades com membros dos Núcleo Docente Estruturantes dos Cursos da UNIR, em razão da construção do instrumento de avaliação de Cursos. Serão trianguladas para validação entre professores, estudantes, técnicos e comunidade externa. Os instrumentos de avaliação estarão coerentes com aqueles presentes nos instrumentos de avaliação in loco oficiais e/ou propostos pelo INEP.

**Construção das ferramentas de coleta:** As ferramentas de coleta deverão ser constituídas de modo coerente com os fins a que se destinarem podendo variar, principalmente, entre: questionários, levantamentos ou inventários, entrevistas ou análise de documentos. Serão utilizadas também diversas técnicas consoante a uma observação participante, coletando-se informações de fontes e interessados diversos.

**A validação dos instrumentos** serão considerados o uso de provas estatísticas e formação de uma base de dados compatíveis com uso softwares de análise estatística ou de análises qualitativas. Para os instrumentos serão adotadas ferramentas de coleta on-line e serão consideradas o acúmulo disponível através do INEP quanto aos conteúdos e indicadores de avaliação externa<sup>6</sup> e de cursos<sup>7</sup>.

**Validação para elaboração do Plano de Melhoria:** A validação é o momento em que a Comunidade é solicitada produzir o balanço crítico quanto ao resultado do processo de avaliação interna e ocorre somente após a disponibilidade do relatório preliminar pela CPAV. Acontece mediante realização de Seminário ou Oficinas de Avaliação Institucional envolvendo todos os campi e representações dos segmentos e convite aberto as representações da comunidade externa. A logística possível definirá o Guia para a realização deste momento. É previsto empenho da CPAV em estabelecer que esta ação dentro do Calendário da UNIR.

Fonte: Projeto de Avaliação Institucional da UNIR 2015-2018, página 15.

### **3.3 Atuar com técnica e confiabilidade**

Os instrumentos foram construídos em parceria com a comunidade acadêmica (professores, técnicos e alunos) que compareceu nas oficinas da CPAV, nos anos de 2014 a 2016. Todas essas oficinas possuem relatórios de trabalho e de resultados, que estão disponíveis no site para consulta pública, bem como o processo de construção dos instrumentos de avaliação interno (Figura 5).

Figura 6 – Projeto Memória da Comissão Própria de Avaliação da UNIR.

2015\_Memória



[2015 Avaliacao Docente pelo Discente Sugestoes CPA Presidente Medici](#)  
Descrição: Em colaboração com os Cursos de Graduação, a CPAV decidiu reformular o Avaliação Docente feita pelo discente pois esta fará parte da Avaliação de Curso. Esse é um modelo sugerido. Este documento não tem valor oficial.

[2015 Avaliacao Docente pelo Discente Sugestao CPA Rolim de Moura](#)  
Descrição: Em colaboração com os Cursos de Graduação, a CPAV decidiu reformular o Avaliação Docente feita pelo discente pois esta fará parte da Avaliação de Curso. Esse é um modelo sugerido. Este documento não tem valor oficial.

[2015 Extrato da Avaliacao Interna e Pre Teste de Curso](#)  
Descrição: Extrato dos resultados da Avaliação Interna da UNIR. Ano base 2015

[2015 Manuscrito CPAV \(Encontro com nucleo Docente Estruturante no dia 04.03.2015\)](#)  
Descrição: Manuscrito do Encontro com o Núcleo Docente Estruturante no dia 04 de março de 2015. Documento base para os Instrumentos de Avaliação 2015.

[2015 Pre Instrumento CPAV \(Base Dimensao\\_1\)](#)  
Descrição: Pré-Instrumento resultante das oficinas de trabalho e Encontros com os Núcleos Docentes Estruturantes, apresentado no Encontro com o NDE nos dias 12 e 13 de novembro de 2015. Este documento não tem valor oficial.

[2015 Pre Instrumento CPAV \(Base Dimensao\\_2\)](#)  
Descrição: Pré-Instrumento resultante das oficinas de trabalho e Encontros com os Núcleos Docentes Estruturantes, apresentado no Encontro com o NDE nos dias 12 e 13 de novembro de 2015. Este documento não tem valor oficial.

[2015 Pre Instrumento CPAV \(Base Dimensao 3\)](#)  
Descrição: Pré-Instrumento resultante das oficinas de trabalho e Encontros com os Núcleos Docentes Estruturantes, apresentado no Encontro com o NDE nos dias 12 e 13 de novembro de 2015. Este documento não tem valor oficial.

[2015 Pre Instrumento CPAV \(Dimensao 1\)](#)  
Descrição: Pré-Instrumento referente a Dimensão 1 resultante do Encontro com o Núcleo Docente Estruturante nos dias 12 e 13 de Novembro. Este documento não tem valor oficial.

[2015 Pre Instrumento CPAV \(Dimensao 2\)](#)  
Descrição: Pré-Instrumento referente a Dimensão 2 resultante do Encontro com o Núcleo Docente Estruturante nos dias 12 e 13 de Novembro. Este documento não tem valor oficial.

[2015 Pre Instrumento CPAV \(Dimensao 3\)](#)  
Descrição: Pré-Instrumento referente a Dimensão 3 resultante do Encontro com o Núcleo Docente Estruturante nos dias 12 e 13 de Novembro. Este documento não tem valor oficial.

[2015 Relatório de Avaliacao Institucional Interna](#)  
Descrição: Primeiro Relatório Parcial de Avaliação Institucional Interna. Conforme Nota Técnica nº 065 do INEP/DAES/CONAES.

Fonte: Site da Comissão Própria de Avaliação da UNIR:

(<http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/pagina/exibir/1650>)

Figura 7 - Metodologia da análise dos dados do Pré-teste de Avaliação dos Instrumentos, exemplo Instrumento de Avaliação de Curso do Aluno.

Após a criação dos instrumentos, os mesmos foram pré testados pela comunidade acadêmica em dezembro de 2015. Os resultados foram testados no software estatístico SPSS Inc. com o teste estatístico de confiabilidade de Alpha de Cronbach (Figura 6). Os

População e Amostra para teste do instrumento da C.P.A. para a avaliação dos Cursos da UNIR – Instrumento do Aluno

População: 6157 alunos

Considerando um nível de confiança de 95% (significância de 5%) e uma margem de erro de 3% determinouse o tamanho da amostra de 910 alunos. Para melhor representatividade a amostra foi estratificada por Campus, como se mostra no quadro abaixo, representando um 14,78% da população.

$\alpha$	Confiança	População	Margem de erro	Total da amostra
1,00%	95,00%	6157	3,00%	910

CAMPUS	Nº de alunos	Total amostra
PORTO VELHO	3278	485
GUAJARA-MIRIM	652	102
CAÇADAL	279	144
SOLIM DE MOURA	333	49
WILHENA	633	93
ARQUIEDES	146	22
PRESIDENTE MEURCI	99	15
<b>TOTAL</b>	<b>6157</b>	<b>910</b>

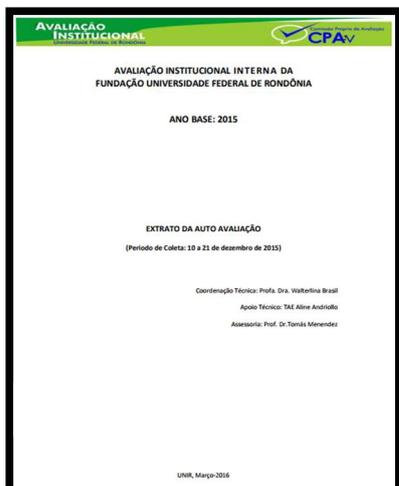
Observação: Para o cálculo da amostra foi considerada a fórmula:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{(N-1)E^2 + Z^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

- n = tamanho da amostra;
- Z = valor correspondente ao nível de significância ou na distribuição normal padrão;
- p=q=0,5 = variabilidade positiva e negativa, consideradas iguais por não existirem antecedentes na Instituição sobre este tipo de pesquisa e por ser o primeiro teste do instrumento;
- E = precisão ou erro.

Legenda: Figura 6



**AVALIÇÃO INSTITUCIONAL**

CPAV

AVALIÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA DA  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

ANO BASE: 2015

EXTRATO DA AUTO AVALIÇÃO  
(Período de Coleta: 10 a 21 de dezembro de 2015)

Coordenação Técnica: Profa. Dra. Walfelina Brasil  
Apoio Técnico: TAE Aline Andreiako  
Assessoria: Prof. Dr. Tomás Menendez

UNIR, Março 2016

Legenda: Figura 7

números de participantes foram: 95 técnicos, 310 alunos e 179 professores. Dos três instrumentos testados, apenas o instrumento do aluno não foi aprovado, pois o número de participantes foi baixo, porém foi possível ter indicio de confiabilidade.

Figura 8 - Extrato da Avaliação Institucional Interna e Pré-teste da Avaliação Interna de Curso – Ano Base 2015.

A partir dos resultados foi produzido o Extrato da Avaliação Institucional Interna – Ano base 2015 (Figura 7), que compôs o primeiro Relatório Parcial Avaliação Interna enviado para o MEC através da plataforma Sistema e-MEC.

Este aspecto remonta a questão relacionada a competência técnica dos resultados de trabalho da Comissão. A presença de uma assessoria específica para este item foi fundamental. Teve-se claro que para produzir os instrumentos seria necessário fazer os testes estatísticos correspondentes. Com isto, obteve-se os instrumentos, que, embora descritivos, estão prontos para serem aperfeiçoados e caminhar para consecução e consolidação dos indicadores.

### **3.4 Atuar com informação e comunicação**

Das 63 Universidades Federais<sup>7</sup> 31 publicitam de forma efetiva suas ações e tratam de disseminar o debate em torno da avaliação e dos desafios técnicos, políticos, teóricos e práticos. Referindo-nos a dados confrontados até o final da redação deste Projeto<sup>8</sup>, destas, na região Norte do Brasil a Comissão Própria da UNIR participa dessa intensa dedicação com a construção da memória e da informação disponível em seu sítio eletrônico, cujo vínculo está presente desde a página inicial da Universidade.

Assim, na preservação da memória e prática de avaliação, a UNIR alinha-se ao zelo de grandes IFES brasileiras no campo da avaliação, como a Universidade de Brasília – UNB, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Santa Maria. Essas IFES tem em comum no trabalho da IES tratar de oferecer dados em torno da apropriação do trabalho da CPA pela comunidade utilizando-se do recurso da comunicação virtual em seus diversos ambientes. Na UNIR toda base de microdados se torna disponível para a comunidade que os requeira. Isto vem abrindo horizonte para estudos na Pós-Graduação a respeito de avaliação institucional.

A necessidade de comunicar e bem informar conduziu a equipe a criar o site da CPAv, onde contém várias informações e documentos relacionados a Avaliação Institucional e de Curso Interna e Externa, e também sobre as atividades e documentos produzidos pela CPAv (Figura 8). Um desses documentos produzidos são Cadernos da CPAv (<http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/pagina/exibir/1631>). Com eles

---

7 [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_universidades\\_federais\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_universidades_federais_do_Brasil)

8 Por questões éticas e considerando a fonte com base em levantamento caso-a-caso a partir das páginas oficiais de internet dessas IFES, a planilha fica disponível por solicitação. Levantamento até julho de 2017.

pode-se dar a objetividade que precisa para fazer circular a informação. São cinco cadernos já disponíveis e dois em estágio de revisão.

Figura 9 – Todos os Cadernos da CPAV publicados até 2017.



**O Caderno 1 – Proposições para Melhoria da CPAV foi elaborado a partir dos resultados obtidos na Avaliação Institucional de 2013.** Todas as sugestões da coletadas no Seminário de Avaliação da Comissão de Avaliação Interna foram compatibilizadas nesse Caderno (Figura 8 - A).

**Caderno 2 da CPAV – Contribuições para Formulação do Plano de Desenvolvimento Institucional.** Além da elaboração do Caderno 1, a Avaliação Institucional de 2013 tinha como um dos objetivos contribuir para elaboração do PDI da UNIR. Os dados foram coletados no formato de Matriz DAFO, atendendo a administração superior e assim foi produzido o Caderno 2 da CPAV (Figura 8 - B).

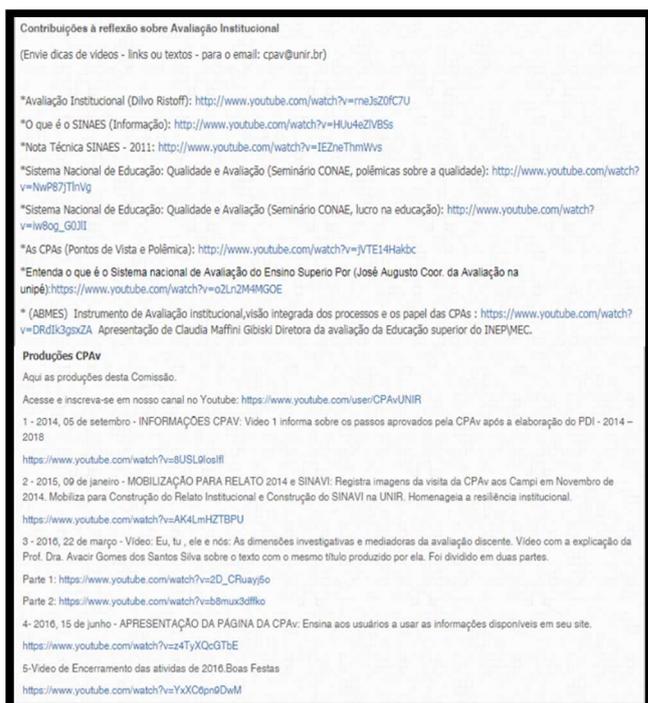
**Caderno 3 da CPAV - Sugestões, comentários ao instrumento ou ao processo de Auto-Avaliação Institucional como um todo.** O Caderno 3 foi produzido a partir das sugestões e comentários ao instrumento ou ao processo de Avaliação Interna deixados opcionalmente pelos respondentes. As respostas foram transcritas na íntegra (Figura 8 - C).

**Caderno 4 da CPAV – Critérios para atuação da CPAV na Avaliação de Curso.** O Caderno 4 é um GUIA que a Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal

de Rondônia – CPAV-UNIR adotará para apreciação e aprovação dos Planos de Melhoria, Protocolos de Compromisso e Termo de Compromisso de Metas, resultantes das ações de avaliação de Curso e relativas a política de qualidade para o ensino de graduação (Figura 8 - D). Foi produzido em 2016.

**Caderno 5 da CPAV – Entenda a Avaliação Institucional! Tira dúvida sobre o papel da CPAV e da Portaria Normativa 040 do MEC.** Em seguida da publicação do Caderno 4 da CPAV, veio a publicação do Caderno 5 contendo esclarecimentos sobre o sistema e-MEC e outras disposições voltadas para o processo de Avaliação regulação e supervisão dos cursos e das IES. Este Caderno é central na orientação à comunidade. No entendimento rápido sobre a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que foi consolidada e republicada em 29 de dezembro de 2010 (Figura 8 - E). Este Caderno tornou-se fundamental para agilizar o sistema de Perguntas e Respostas sobre as exigências do Sistema E-Mec em torno da avaliação das IES.

Figura 10 – Biblioteca de vídeos no site da CPAV.



Outra forma que a equipe encontrou para divulgar as suas atividades, principalmente os resultados obtidos foi a criação de vídeos. (Figura 9).

Além da produção da CPAV, outros vídeos de divulgação da Avaliação Institucional foram disponibilizados para o público no site. No acervo, os vídeos são fundamentais para anunciar as tarefas da CPAV, no canal

<https://www.youtube.com/channel/UC07wQGvtIUMKhD6tZGHkGnQ>.

Fonte: <http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/pagina/exibir/1637>  
acessado em 19/07/2017 às 16h00min.

### 3.5 Atuar com equipe

Normalmente os especialistas no campo da avaliação não são as pessoas designadas membros para compor avaliação institucional, mas quem se dispõe ou é designado pelo grupo. A avaliação é entendida como uma tarefa de “voluntários”. Do mesmo modo, encontra-se uma enorme dificuldade para as representações externas e de estudantes. O engajamento, portanto, é obtido com “aprender fazendo” e, no geral, com profissionais que nem sempre tem espaço e audição no conjunto dos pares.

A CPA acaba por ser um local para os silenciados. Na experiência da UNIR fica demonstrado que avaliar não é um ato de “amadores”, nem de julgadores sobre a razoabilidade para preencher os formulários do INEP. Porém, este caráter que é dado as pessoas, inibe conquistas mais eficazes. Este é um desafio importante para coordenar. As capacidades e habilidades disponíveis das pessoas a agregar, envolviam a capacitação da equipe em condições e critérios mais elementares de linguagem e estudo no campo da avaliação. A contradição foi que uma equipe tão distinta traz a ênfase multidisciplinar e contribui bastante com o diálogo sobre avaliação. Ao longo do processo, a equipe se constituiu de 1 bióloga, 7 pedagogos, 5 administradores, 1 engenheiro químico, 1 engenheiro de materiais, 1 engenheiro florestal, 1 filósofo, 1 físico, 3 informáticos, 1 geógrafo, 2 contadores, 1 jornalista, 3 bibliotecários, 3 matemáticos, 3 historiadores, 18 estudantes de graduação, 3 letrólogos. (Figura 10).

Figura 11 – Alguns integrantes da Equipe de 2014 a 2017.



Legenda: A – Equipe no Encontro Anual da CPAv em 2017 e B – Equipe no Encontro Anual da CPAv em 2016.

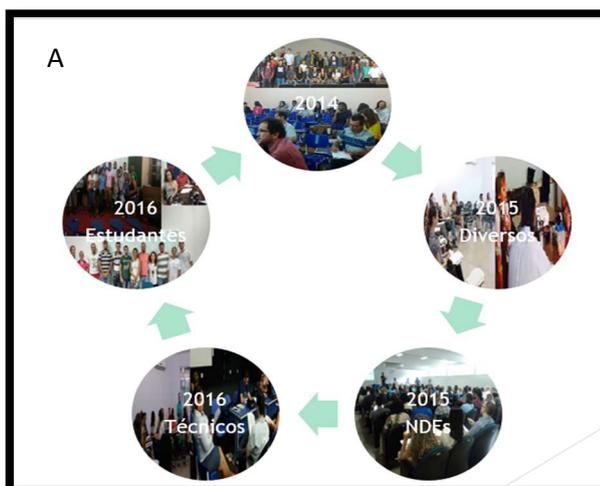
A construção de uma rotina e uma agenda permitiu que as equipes pudessem, aos poucos, perceber as demandas para dedicar-se ao processo. A CPAv conseguiu estabelecer uma rotina de reuniões mensais com registros sistemáticos (<http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/pagina/exibir/1629>). Mas estabelecer uma

reunião anual obrigatória faz a diferença na consolidação dos laços entre as equipes e a preparação para o processo anual de avaliação.

### 3.6 Atuar com legitimidade

Figura 12 – Mobilização em torno da Avaliação Institucional. .Em A) Mobilização de 2014 e oficinas de 2015 a 2016 para construção dos Instrumentos de Avaliação de Curso e Avaliação Institucional; em B) Oficina com os professores dos NDEs dos cursos para finalização do Instrumento de Avaliação de Curso.

A participação é uma das formas mais difíceis de produzir um método para gestão. Com o estudos sobre a “escada de participação” e sobre “cubo da democracia”, é necessário observar a qualidade da participação, às condições em que acontecem e os resultados que produzem. No caso, sem mobilização a legitimidade não acontece. Mobilizar não garante que todos estejam, mas ao estar, garante



que o que for decidido possa ter continuidade. Assim, a CPAV produziu um “ciclo de



legitimidade”, cada passo dado é acompanhado de uma prestação de contas através das oficinas e delas os novos compromissos. Acredita-se que isto permitiu que de reuniões fossem progressivamente ampliadas em quantidade e qualidade na participação. O

indicador de sucesso é obtenção de professores voluntários para realização dos Grupos Focais quando da formulação dos instrumentos de professores e alunos.

Com esta prática, a CPAV construiu um “esquema lógico” de trabalho que já é aguardado pela comunidade. Em primeiro lugar o debate, as ideias, a sistematização das ideias, o tratamento técnico, a difusão dos resultados, as críticas aos resultados e o resultado do processo. Nisto o mapeamento do processo seguinte.

Isto permitiu que a CPA ao longo do tempo, com farto registro e material, esteja estruturada em um modelo de apoio a gestão em três frentes: Avaliação de Curso, Avaliação Institucional e Política de Apoio a Regulação.

Figura 13– Estrutura de gestão da CPAv na UNIR.



Estas frentes precisam ficar bem claras para os participantes da avaliação institucional e da própria comunidade porque auxiliam em tomar para si os dados como subsídio a gestão institucional. Pode-se dizer que este esquema reflete os resultados do trabalho desenvolvido e a prática de gestão para avaliação institucional que foi construída na UNIR.

#### 4. INFLUÊNCIAS E RESULTADOS

Como uma síntese, pode-se dizer que a CPA conseguiu produzir uma influência e presença na construção da Avaliação Institucional como ferramenta de gestão. Os dados que indicam isto, a partir de todo o recorrido, são:

##### 4.1 Resultados perenes: instrumentos de avaliação institucional; instrumentos

## **de avaliação de curso**

Durante o período de 2013 – 2017, a CPAV atendeu a 28 comissões de avaliação, informando a todas sobre as condições que estão além dos dados técnicos ou legais. Às Comissões recebidas, apresentou o contexto da IES, o modo como estava reconstruindo o caminho e as opções que a própria Comissão oferecia para contribuir com o processo. Há na IFES os instrumentos oficiais de avaliação de Curso (Presenciais e a Distância) e Institucionais que cumpram os princípios da avaliação declarados no projeto e atendidos no processo através do “ciclo de legitimidade”.

### **4.2 Resultados políticos: criação do ciclo avaliativo**

Três ações refletem as conquistas para consolidação da avaliação institucional na UNIR: a construção dos instrumentos de avaliação institucional conjugada com a construção dos instrumentos de avaliação de Curso, a institucionalização da Avaliação a partir da criação dos ciclos de avaliação na UNIR e a presença da avaliação institucional no Calendário Acadêmico.

A institucionalização da Avaliação na UNIR foi concretizada com a publicação da Resolução nº 474/CONSEA/UNIR de 10 de abril de 2017. Essa Resolução instituiu o ciclo avaliativo e as normas gerais para Avaliação Institucional Interna na UNIR. Foi uma demanda apresentada pela CPAV através da Exposição de Motivos encaminhada pelo memorando 075/2016/CPAV.

A inclusão da Avaliação Institucional Interna no Calendário Acadêmico da UNIR aconteceu através da Resolução nº 483/CONSEA/UNIR de 8 de maio de 2017. Essa inclusão também foi uma demanda apresentada pela Comissão Própria de Avaliação.

### **4.3 Resultados preliminares: Instrumento de Avaliação do Processo Pedagógico do Professor pelo Aluno**

Visto a necessidade de criar uma alternativa para a avaliação do professor que ocorria na Universidade de uma forma que o aluno conseguisse se expressar e que o professor realmente tivesse uma devolutiva dos métodos utilizados em sala de aula, este instrumento foi criado para atender a demanda da UNIR, que queria uma avaliação justa, coerente e que gerassem dados suficientes para que o NDE dos cursos conseguissem discutir sobre o processo pedagógico utilizado pelos professores.

Todas as atividades e os seus resultados para a construção desse instrumento foram publicizadas para a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Rondônia nos oito campi. Foram feitas chamadas públicas para as oficinas com os professores e alunos. Essas oficinas ocorreram desde o ano de 2015 e com o resultado obtido foi possível construir um modelo de instrumento. Novas análises foram geradas e procurou-se levar este novo modelo a crítica dos alunos durante outras oficinas. Após as oficinas feitas para os alunos estudarem o instrumento, já em 2016, resultou-se o novo formato a ser pré testado.

Com o novo instrumento, pretende-se uma avaliação triangulada, relacionada ao processo pedagógico, que possa repercutir na avaliação de curso. Neste processo o professor se auto avaliará, bem como se manifestará em relação à turma que ministrou, de modo que as informações possam produzir as sinalizações para melhorias na prática pedagógica, condições de oferta e, conseqüentemente, qualidade da oferta. Todos os instrumentos produzidos e etapas podem ser vistos no site: <http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/pagina/exibir/1635>.

Na prática, após o Compromisso do Seminário para validação dos instrumentos para os Cursos de 2015, em 23 de maio de 2016 aconteceu uma reunião com os professores do NDE dos cursos, com os seguintes objetivos relacionados a avaliação docente: 1 – Apresentar o Instrumento de Avaliação em vigor e como é trabalhado e desenvolvido na UNIR; 2 – Planejar e executar o pré-teste de avaliação do novo instrumento proposto e submetido à crítica dos estudantes, através da técnica para trabalhar com os Grupos Focais. Quando não foi possível realizar o Grupo Focal, foram feitas entrevistas.

Para o pré-teste foi apresentado um guia com o passo-a-passo e sendo esclarecido o método utilizado para validação do Instrumento. O Grupo Focal foi constituído por alunos e professores através de adesão voluntária dos docentes. Professores e alunos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, realizaram a avaliação e depois participaram dos Grupos Focais para validar a experiência com críticas e sugestões do processo e ao instrumento.

Participaram dos Grupos professores e alunos do campus de Cacoal e Porto Velho, totalizando em 4 Grupos de professores e 8 Grupos de alunos. As reuniões dos grupos ocorreram no período de 15 de setembro a 26 de outubro de 2016. As reuniões foram gravadas e todas as reuniões foram transcritas. Nas gravações e transcrições, os participantes não foram identificados para manter o sigilo.

Tabela 1– Dados Técnicos das atividades com Grupo Focal/Grupo de entrevista dos professores

<b>Grupo Focal Professor 1</b>
Curso: Educação Física Dia: 15/09/2016      Horário: 14h30min Local: Auditório da DGP/Campus Porto Velho      Tempo de gravação: 27min00seg Nº de Professores: 3      Mediador: Coordenadora Prof. <sup>a</sup> Walterlina Brasil
<b>Grupo Focal Professor 2</b>
Curso: Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração Dia: 21/09/2016      Horário: 14h00min Local: Auditório da DGP/Campus Porto Velho      Tempo de gravação: 38min56seg Nº de Professores: 3      Mediador: Coordenadora Prof. <sup>a</sup> Walterlina Brasil
<b>Grupo Focal Professor 3</b>
Curso: Ciências Biológicas, Química e Psicologia Dia: 30/09/2016      Horário: 14h00min Local: Auditório da DGP/Campus Porto Velho      Tempo de gravação: 01h09min13seg Nº de Professores: 6      Mediador: Prof. <sup>a</sup> Ana Maria de Lima Souza
<b>Grupo Focal Professor 4</b>
Curso: Ciências Contábeis, Administração e Direito Dia: 27/10/2016      Horário: 19h00min Local: Auditório/Campus Cacoal      Tempo de gravação: 15min59seg Nº de Professores: 2 Mediador: Prof. Carlaile Largura do Vale e Prof. <sup>a</sup> Estela Pitwak Rossoni

Tabela 2 – Dados Técnicos das atividades com Grupo Focal/Grupo de entrevista dos alunos

<b>Grupo Focal Aluno 1</b>
Curso: Educação Física Dia: 20/09/2016      Horário: 14h00min Local: Auditório DGP/Campus Porto Velho      Tempo de gravação: 49min17seg Nº de Alunos: 2      Mediador: Coordenadora CPAV – Prof. <sup>a</sup> Walterlina Brasil
<b>Grupo Focal Aluno 2</b>
Curso: Educação Física Dia: 22/09/2016      Horário: 14h00min Local: Auditório DGP/Campus Porto Velho      Tempo de gravação: 09min45seg Nº de Alunos: 1      Mediador: Coordenadora CPAV – Prof. <sup>a</sup> Walterlina Brasil
<b>Grupo Focal Aluno 3</b>
Curso: Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração Dia: 29/09/2016      Horário: 18h30min Local: Sala de mestrado NUCSA/Campus Porto Velho Tempo de gravação: 35min28seg Nº de Alunos: 5      Mediador: Prof. Wander Pereira de Souza
<b>Grupo Focal Aluno 4</b>
Curso: Ciências Biológicas

Dia: 27/09/2016      Horário: 09h00min Local: Sala de mestrado NUCSA/Campus Porto Velho Tempo de gravação: 42min03seg Nº de Alunos: 5      Mediador: Coordenadora da CPAV – Prof. <sup>a</sup> Walterlina Brasil
<b>Grupo Focal Aluno 5</b>
Curso: Química Dia: 20/09/2016      Horário: 14h00min Local: Auditório do NCH/Campus Porto Velho      Tempo de gravação: 39min06seg Nº de Alunos: 4      Mediador: Prof. <sup>a</sup> Sheila Barreto Guterrez
<b>Grupo Focal Aluno 6</b>
Curso: Psicologia Dia: 06/10/2016      Horário: 14h00min Local: Sala do GEPES/Campus Porto Velho      Tempo de gravação: 47min35seg Nº de Alunos: 6      Mediador: Prof. <sup>a</sup> Ana Maria de Lima Souza
<b>Grupo Focal Aluno 7</b>
Curso: Psicologia Dia: 29/09/2016      Horário: 09h00min Local: Auditório NCH/Campus Porto Velho      Tempo de gravação: 58min25seg Nº de Alunos: 9      Mediador: Prof. <sup>a</sup> Ana Maria de Lima Souza
<b>Grupo Focal Aluno 8</b>
Curso: Ciências Contábeis, Administração e Direito Dia: 26/10/2016      Horário: 19h00min Local: Auditório/Campus Cacoal      Tempo de gravação: 24min07seg Nº de Alunos: 5 Mediador: Prof. Carlaile Largura do Vale e Téc. Leonel Gandi dos Santos

Realçamos que as definições sobre as questões da realização do instrumento e a metodologia de Grupo Focal se fundamenta em estudos internos que foram divulgados de modo a apoiar as pessoas no entendimento da proposta. A base teórica para essa avaliação está disponível em dois formatos em texto ([http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/2773\\_1431\\_texto\\_preliminar\\_sobre\\_a\\_avaliacao\\_docente\(avacir\).pdf](http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/2773_1431_texto_preliminar_sobre_a_avaliacao_docente(avacir).pdf)) e vídeo (Parte 1: [https://www.youtube.com/watch?v=2D\\_CRuayj5o](https://www.youtube.com/watch?v=2D_CRuayj5o) e Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=b8mux3dffko>). O registro completo desse trabalho está disponível em: [http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/2016\\_Relatorio\\_Pre-teste%20Aval\\_Trancricao\\_Final.pdf](http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/2016_Relatorio_Pre-teste%20Aval_Trancricao_Final.pdf).

## 5 DESAFIOS

Desde o princípio assumimos que não existe um modo próprio ou “certo” para se realizar a avaliação. O Marco Teórico nos auxilia em perceber a modelagem, o

cenário desfavorável e favorável ao mesmo tempo, as condições de contexto e não ser ingênuos quanto a proposta que pode conter a ideia de um Sistema Avaliador. Com a tradição bancária de nossas formações e escolas, é sempre oportuno lembrar sobre o que uma atividade da CPA pode “sugerir” dentro da comunidade, especialmente em clima de total desapego à ética política e constrangimento ao financiamento da educação, em nome da crise econômica.

Assim, os desafios são inúmeros. A estabilidade de se ter um ponto de partida permite porém, tê-los mais claramente. Diante de um formato próprio, pode-se antecipar como principais desafios os listados a seguir.

### **5.1 Formação continuada e aproximação tática com os NDE**

Não há previsão ainda para o apoio à formação dos professores da IES de modo a ganhar competência em Avaliação. Todos os profissionais da UNIR que participam da CPAv não são especialistas em avaliação, sendo alguns com experiências em Avaliações anteriores.

### **5.2 Vinculação com as Unidades de acompanhamento e controle**

Os dados necessitam compor os relatórios das Unidades que fazem o acompanhamento formal da IES como a Auditoria Interna – AUDIN, a Ouvidoria, a Procuradoria Jurídica e a comunicação com os diversos órgãos de controle. Respeitadas as peculiaridades, isto é importante porque tais órgãos tem incidência mais efetiva na orientação das decisões do que instrumentos qualitativos e dialógicos. O entendimento destes papéis e funções favorecerá a UNIR avançar.

### **5.3 Voz ainda mais ativa no debate e comunicação dos dados institucionais**

O percurso para que Avaliação pudesse inserir-se na rotina da IES, exigiu um investimento significativo de tempo e energia das pessoas em torno da execução do Projeto de Avaliação Institucional 2015-2018. Foram diversas oficinas, reuniões com setores e reuniões com os NDEs dos cursos para que a CPAv fosse conhecida, compreendida e aos poucos tendo sua importância reconhecida pela comunidade acadêmica. A dedicação técnica e tática até o momento exige investir cada vez mais no assessoramento e apoio aos Cursos e NDE. Assim, a CPA deverá investir também na programação dos Seminários de Avaliação, de modo a garantir que estes agentes participem.

#### **5.4 Contribuições para institucionalização da Educação a Distância**

A política de educação a distância ainda carece de melhorias. Os instrumentos criados para avaliação dos Cursos promovidos na modalidade a distância necessitam de atenção especial. A gestão da EAD na UNIR se apresenta de modo superficial e com a CPAV não foi diferente. Nota-se o fragmento do relatório do MEC para o credenciamento da UNIR para oferta de Cursos na modalidade EAD:

1.2. Quanto a autoavaliação, as atividades de EAD desenvolvidas e os resultados obtidos (explicitados no anexo B do PDI considerado), até então, não sofreram avaliação externa, e são consideradas muito superficialmente no relatório da CPA em 2015. Diante do exposto, entende a Comissão que as propostas constantes do PDI estão sendo adequadamente executadas com vistas à efetiva implantação das ações e dos cursos previstos, e que as experiências obtidas com as ações docentes podem ser utilizadas como subsídios para a revisão permanente do PDI, de modo a otimizar os procedimentos desenvolvidos atualmente.

#### **5.5 Participação na efetivação da política de egressos**

A CPA contribuiu em 2015 com a equipe da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis para formulação da política de egressos da UNIR. Do âmbito da CPAV houve a disponibilidade para seguir no assessoramento à construção dos instrumentos para operacionalizar esta política. Entretanto este processo ainda está por ser feito.

#### **5.6 Material de divulgação compatível em Libras e Braille.**

A UNIR possui alunos e professores que se ajustam à política de inclusão. Dentre eles há alunos de diversos públicos. Um que ainda não tem acesso a informação é o surdo e o cego. Esta demanda precisará de atenção.

## **6 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Walterlina Brasil – Coordenadora

Equipe responsável no período do projeto em exposição:

### **COMISSÃO EXECUTIVA**

**(Resolução nº 018/2013/CONSUN/UNIR)**

***Profa. Jane Aparecida Nunes de Araújo***

Representante Docente /Campus de Cacoal / ADUNIR (Até 01.12.2016)

***Técnico Jadiael Rodrigues da Silva***

CID – PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento (Até 01.07.2016)

*Pesquisador Institucional*

***Técnico Reginilson Corrêa de Carvalho Guimarães***

CCPTA – Contador SINTUNIR (Até 28.10.2016)

***Técnico Lucas Rommel de Souza Neves***

PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional (A partir de 12.07.2016)

*Pesquisador Institucional*

***Prof. Luís Roberto Sousa Mendes***

Representante Docente/ Rolim de Moura/ ADUNIR (Até 28.10.2016)

***Assistente de Administração Marcelino Pereira da Silva***

Representante Técnico Administrativo/Campus Ji-Paraná (Até 14.06.2016)

***Jeferson Araújo Sodré***

Acadêmico. Diretório Central dos Estudantes/Porto Velho (Até 19.01.2016)

***Emanuel Veríssimo Castro***

Acadêmico. Diretório Central dos estudantes/Porto Velho (Até 28.10.2016)

### **Equipe Técnica:**

***Aline Andriolo***

Técnica em Assuntos Educacionais

Secretária Executiva (Portaria nº 151/2016/GR/UNIR)

### **Apoio Administrativo:**

***Herta Maria de Açucena do Nascimento Soeiro***

Estagiária

***Tayná Fernandes***

Estagiária

**Assessorias:**

***Tomás Daniel Menéndez Rodríguez***

Assessor Especial (Portaria nº 848/2015/GR/UNIR)

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**  
**Unidades Descentralizadas nos Campi**

**Campus de Ariquemes**

Humberto Hissachi Takeda – Docente Titular (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Roberto Marchiori - Docente Suplente – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Eunice Gomes da Silva – Técnico Titular (Portaria 1.089/2015/GR/UNIR/2015)

Cleiton W. Santana - Discente Titular – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

**Campus de Cacoal**

Carlaile Largura Do Vale; Docente Titular – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Estela Pitwak Rossoni; Docente Suplente – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Leonel Gandi Dos Santos; Técnico Titular – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Sara Conceição Rodrigues; Técnico Suplente – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Cassius Kley Santos Duarte; Discente Titular – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Claudeci Tomazin; Discente Suplente – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

**Campus de Guajará-Mirim**

João Elói De Melo; Docente Suplente – (A partir de 01.06.2015, Portaria 1.089/2015/GR/UNIR/2015)

Janine Félix Da Silva; Docente Titular – (Até 13.12.16, Portaria 1.089/2015/GR/UNIR/2015)

Celielson de Aguiar Brito; Técnico Titular – (A partir de 01.03.2016, Portaria 180/2016/GR/UNIR/2016)

Ediberto Barbosa Lemos; Técnico Suplente – (A partir de 01.03.2016, Portaria 180/2016/GR/UNIR/2016)

Alecsandro Marian Da Silva; Discente Titular – (Até 28.07.2016, Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

**Campus de Ji-Paraná**

Patrícia Batista Franco; Docente Titular - (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Robinson Viana Cadillo; Docente Suplente – (Até 28.03.2016, Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Ana Fanny Benzi de Oliveira; Docente Suplente – (A partir de 21.07.2016, Portaria 728/2016/GR/UNIR/2016)

Rosângela Brilhante De Souza; Técnico Titular - (A partir de 08.12.2015, Portaria 128/2015/GR/UNIR/2015)

Eder Vieira dos Santos; Discente Titular – (A partir de 08.12.2015, Portaria 128/2015/GR/UNIR/2015)

Raul Rodrigues dos Santos; Discente Suplente – (A partir de 08.12.2015, Portaria 128/2015/GR/UNIR/2015)

Alexandre Alves Ramos; Comunidade Titular – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Nilton Leandro Motta Dos Santos. Comunidade Suplente - (Até 31.03.2016, Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

**Campus de Presidente Médici**

Marcelo Ranzula; Docente Titular - (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Eliane Silva Leite; Docente Suplente – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Maria Ferreira de Sousa; Técnico Titular – (A partir 08.12.2015, Portaria 1089/2015/GR/UNIR/2015)

Juceli Regina Aragão; Técnico Suplente – (Até 14.06.2016, Portaria 1089/2015/GR/UNIR/2015)

Satia Costa Bonfim; Discente Titular – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Jerônimo Vieira Dantas Filho. Discente Suplente – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

### **Campus de Rolim De Moura**

Avacir Gomes dos Santos; Docente Titular – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Gilmara Yoshihara Franco; Docente Suplente – (Portaria 1.089/2015/GR/UNIR/2015)

Dério Garcia Bresciani; Técnico Titular - (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Evaldo Santana De Almeida; Técnico Suplente – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

### **Campus de Vilhena**

José Kennedy Lopes Silva; Docente Titular – (Até 16.02.2016, Portaria 1.089/2015/GR/UNIR/2015)

Leoní Teresinha Vieira Serpa, Docente Titular – (A partir de 02.03.2016, Portaria 234/2016/GR/UNIR/2016)

Elder Gomes Ramos; Docente Suplente – (A partir de 02.03.2016, Portaria 234/2016/GR/UNIR/2016)

Patricia De Mello Cardoso; Técnico Titular - (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Reginaldo Ribeiro De Jesus; Discente Titular – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

Ademir De Oliveira Pereira. Discente Suplente – (Portaria 099/2015/GR/UNIR/2015)

## REGISTRO DOS PARTICIPANTES NAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

(Acumulado e sem repetições. Inclui os membros da CPAV)

1. Adeilton F. Costa – Docente
2. Agripino José Freire da Fonseca -  
Docente
3. Ailza de Medeiros Santos –  
Servidora Técnica
4. Alana Pinheiro Tourinho – Servidora  
Técnica
5. Ale Rillie Moreira Rodrigues -  
Estudante
6. Aline Andriolo – Servidora Técnica
7. Aline Barros Saab – Servidora  
Técnica
8. Aline Wrege Vasconcelos –  
Servidora Técnica
9. Alisson Gomes – Docente
10. Alessandra Carvalho Souza de Melo  
Dias – Servidora Técnica
11. Amanda Azevedo de Jesus –  
Estudante
12. Ana Fanny Benzi de Oliveira –  
Docente
13. Ana Carolina Garcia Oliveira -  
Docente
14. Ana Lúcia Escobar – Docente
15. Ana Lucy Caprony – Docente
16. Ana Maria de Lima Souza - Docente
17. Andréia Gomes Silva Nascimento –  
Servidora Técnica
18. Andressa Pinheiro – Servidora  
Técnica
19. Angelica da Cunha - Docente
20. Angeliete Garcez Militão – Docente
21. Antônio Cláudio Rabello
22. Ariel Alves Gomes - Estudante
23. Aryhadne Ramos – Servidora  
Técnica
24. Átila Mendes Carvalho - Estudante
25. Avacir Gomes dos Santos – Docente
26. Betânia Moreira Ghisi – Estudante
27. Bruno Milenkovich Caixieiro -  
Docente
28. Camila Lima Chaves – Servidora  
Técnica
29. Camila Pinheiro Batista - Estudante
30. Camila Silva Goes – Servidora  
Técnica
31. Carla de Oliveira – Servidora  
Técnica
32. Carlaile Largura do Vale – Docente
33. Carlos Alberto Tenório
34. Carlos Roberto Percinoto – Servidor  
Técnico
35. Carolina Dória – Docente
36. Carolina Yukari Veludo Watanabe
37. Celielson de Aguiar Brito – Servidor  
Técnico
38. Célio José Broges - Docente
39. Cláudia Justus Tôres Pereira –  
Docente
40. Daiana Rodrigues – Docente
41. Daniel Delani - Docente
42. Daniel Guedes Feitosa – Servidor  
Técnico
43. Daniel Oliveira de Souza
44. Debora Evelyn dos Santos -  
Estudante
45. Deise de Araújo Rocha – Docente
46. Djanane Alves dos Santos – Docente
47. Denise Andrade - Docente
48. Dério Garcia Bresciani – Servidor  
Técnico
49. Douglas Alexandre Nobre Pereira –  
Estudante
50. Edclei Siqueira de oliveira -  
Estudante
51. Edleuza Critsina de Rosa – Servidora  
Técnica
52. Ednalva Silva de Castro - Estudante
53. Edneia Maria Machado – Docente
54. Edson Farias dos Santos - Docente
55. Eduardo Bepalez – Docente
56. Eliane Silva Leite – Docente
57. Eliane Teresinha Lopes – Estudante
58. Elisangela Regina de Oliveira -  
Docente
59. Ellen Nogueira Gomes – Estudante
60. Elizabeth Cavalcante de Lima -  
Docente
61. Eloiza Elena Della Justina – Docente
62. Elyzania Torres Tavares – Servidora  
Técnica
63. Emanuel Veríssimo Castro –  
Estudante
64. Emerson Roberto de Araújo Pessoa –  
Docente
65. Eurlly Kang Tourinho - Docente
66. Fábio dos Santos Freitas – Servidor  
Técnico
67. Fátima Sebastiana Santos Fani –  
Docente
68. Felipe Paros – Docente
69. Flavine Assis de Miranda - Docente
70. Francisco Robson da Silva  
Vasconcelos – Servidor Técnico
71. Francisco Zmekhol Nascimento de  
Oliveira - Docente
72. Glaubson Bruno Rocha da Mata –  
Estudante
73. Gleimíria Costa - Docente
74. Glenda Maria Bastos Félix –  
Servidora Técnica
75. Gracielle Marques – Docente

76. Herta Maria de Açucena do Nascimento Soeiro - Estudante
77. Humberto Hissashi Takeda – Docente
78. Igor Adryanws Alves de Moura - Estudante
79. Ivanor Luiz Guarnieri - Docente
80. Jadiael Rodrigues da Silva – Servidor Técnico
81. Jairo Ildefonso – Servidor Técnico
82. Jane Aparecida Nunes Araújo – Docente
83. Janine Félix da Silva – Docente
84. Jerusa Beuno Corrêa de Oliveira – Servidora Técnica
85. Jessyca Martins Sena – Servidora Técnica
86. João Batista Alves de Jesus – Servidor Técnico
87. João Elói de Melo – Docente
88. João Matias Pinheiro – Servidor Técnico
89. João Paulo Barroso – Servidor Técnico
90. José Arikapú Junior – Servidor Técnico
91. José Juliano Cedaro - Docente
92. Josimar Walter – Docente
93. Josimari dos Santos da Conceição - Docente
94. Josué Albano Lus – Servidor Técnico
95. José Rodolfo Das de Oliveira – Docente
96. Juander Antônio Oliveira Souza - Docente
97. Julcy Emanuella da Silva – Estudante
98. Juliana dos Santos Camargo – Estudante
99. Juliana Rossato Santini – Docente
100. Júlio Robson Azevedo – Docente
101. Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de Lima - Docente
102. Jussara Pimenta – Docente
103. Karina Rodrigues de Faria – Docente
104. Karla Andrea Soares – Servidora Técnica
105. Kelly Jessie Marques Queiroz – Docente
106. Leide Hedeth Batista de Azevedo - Estudante
107. Leonel Gandi dos Santos – Servidor Técnico
108. Liliane Coelho da Silva Jacon - Docente
109. Lindsay de Oliveira Mesquita Torres - Docente
110. Loidi Lorenzzi da Silva – Docente
111. Luana Maria Morais Braga - Estudante
112. Lucas Mateus de Souza Lucena – Estudante
113. Luís Alberto Lourenço de Matos – Docente
114. Luiz Claudio do Amaral Santini - Docente
115. Luiz Daniel Lerro – Docente
116. Manuel Antonio Valdés Borrero – Docente
117. Marcelo Augusto Rambo - Docente
118. Marcello Batista Ribeiro - Docente
119. Marcelino Pereira da Silva – Servidor Técnico
120. Marcos Hubner – Docente
121. Marcio Secco – Docente
122. Maria Berenice Alho da Costa Tourinho - Docente
123. Maria Bernadete Junkes - Docente
124. Maria do Socorro Gomes Torres Joca - Docente
125. Maria Ferreira de Souza – Servidora Técnica
126. Maria Luiza Lopes de Oliveira Santos – Docente
127. Mariluce Paes de Souza - Docente
128. Mariluce Rezende Messias - Docente
129. Mariza Gonçalves Almeida - Servidora Técnica
130. Marlene Valério dos Santos Arenas – Docente
131. Marli Lúcia Tonato Zibetti - Docente
132. Marta Valéria - Docente
133. Michela Araújo Ribeiro – Docente
134. Neima Quele – Docente
135. Neffretier Clasta - Docente
136. Nicolás Alessandro Souza Belete – Docente
137. Orinete Costa Souza – Servidora Técnica
138. Otacílio Moreira de Carvalho – Docente
139. Pablo Nunes Vargas - Docente
140. Pascoal de guiar Gomes - Docente
141. Patrícia de Mello Cardoso – Servidora Técnica
142. Patrícia Batista Franco – Docente
143. Patrícia Soares de Maria Medeiros - Docente
144. Paulo Morais - Docente
145. Poliana Dias costa Silva – Servidora Técnica
146. Ramón Nuñez Cardenas - Docente
147. Reginilson Corrêa de Carvalho Guimarães – Servidor Técnico
148. Robério Ferreira Afonso – Servidor Técnico
149. Rosa Maria – Docente
150. Rosa Maria de Lima Ribeiro – Docente

- |   |  |
|---|--|
| 151. Rosângela Aparecida Hilário -<br>Docente       | 166. Thaís Nayara Paixão – Servidora<br>Técnica                |
| 152. Rosinete Vasconcelos Costa -<br>Docente        | 167. Tharyck Dryely Nunes Rodrigues –<br>Servidora Técnica     |
| 153. Ronie Peterson Silveira – Docente              | 168. Tomás Daniel Menendez Rodriguez<br>– Docente              |
| 154. Rubiani Pagotto - Docente                      | 169. Valmir de Souza – Docente                                 |
| 155. Sebastião Araújo Nery - Docente                | 170. Vanessa Medeiros Rebêlo - Docente                         |
| 156. Sérgio da Silva Moraes – Estudante             | 171. Verônica Ribeiro da Silva Cordovil –<br>Servidora Técnica |
| 157. Sheila Barreto - Docente                       | 172. Victor de Almeida Conselvan -<br>Docente                  |
| 158. Siane Cristhina Pedroso Guimarães –<br>Docente | 173. Victória Angelo Bacon – Servidora<br>Técnica              |
| 159. Silvério dos Santos Oliveira –<br>Docente      | 174. Vinicius Rodrigues Dias – Estudante                       |
| 160. Suzenir Aguiar da Silva Sato –<br>Docente      | 175. Wallace Soares de Oliveira – Servidor<br>Técnico          |
| 161. Sônia Ribeiro de Souza – Docente               | 176. Wander Araújo - Docente                                   |
| 162. Sylviane Beck Ribeiro - Docente                | 177. Walterlina Brasil – Docente                               |
| 163. Tatiane Aparecida Lazari – Docente             | 178. Wendell Fiori de Faria - Docente                          |
| 164. Tatiane Gomes Teixeira - Docente               |  |
| 165. Telmo de Moura Passareli – Docente             |  |

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Comissão Especial de Avaliação (CEA). **Sistema nacional de avaliação da educação superior: Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sinaes.pdf>. Acesso em 20 Agosto 2009.

BRASIL, MEC/Inep. **Lei nº. 10.861, de 14/04/2004**, DOU Nº 72, 15/4/2004, SEÇÃO 1, P.3 -4. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006\\_/2004/Lei/L10.861.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006_/2004/Lei/L10.861.html). Acesso em: 20 Março 2009.

BONNIOL, J. J.; VIAL, M. **Modelos de avaliação**. Textos fundamentais. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CAVALIERI, A; MACEDO-SOARES, T. D. L. V. A; THIOLENT, M. **Avaliando o Desempenho da Universidade**. São Paulo: Loyola, 2004.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. 2004. Disponível em: <http://: [www.portal.mec.gov.br/arquivos/](http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/)> Acesso em: 20 maio 2010.

DEMO, P. **Universidade, Aprendizagem e Avaliação: Horizontes Reconstitutivos**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. (org.). **Universidade Desconstruída: Avaliação Institucional e Resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

DIAS SOBRINHO, J. **Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. (org.). **Avaliação Democrática: Para uma Universidade Cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 88, *Fasci-Tech* – Periódico Eletrônico da FATEC-São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, v.1, n. 4, Mar./Set. 2011, p. 21 a 35. p. 703-725, 2004. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a04v2588.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a04v2588.pdf) Acesso: 23 maio 2010.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. - 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, C. M. B.; GRILLO, M. **Educação Superior: Travessias e Atravessamentos**. Canoas: Ulbra, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Avaliação institucional: Necessidade e condições para a sua realização**. São Paulo, 2009: Disponível em: [http://www.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Aval\\_i\\_Institucional.pdf](http://www.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Aval_i_Institucional.pdf) Acesso em: 10 outubro 2010.

GATTI, B. A. **Avaliação Institucional: processo descritivo, analítico ou reflexivo?** Estudos em Avaliação Educacional, Fundação Carlos Chagas; São Paulo, SP, v. 17, n. 34, p. 7-14, mai. 2006. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2115/2073>.

MIRANDA, F. A. Sociologia da Educação e Avaliação Educacional: Campo Possível para uma Sociologia da Avaliação”. Manuscrito. unpublished 2006.

NEAVE, G. Homogeneization, integration and convergence, In V.Lynn Meek *et all.* eds., **The Mockers and the Mocked: Comparative Perspectives on Differentiation, Convergence and Diversity in Higher Education**, London: Pergamon Press, 1996.

ROUCHY, J. C.; DESROCHE, M. S. **Instituição e Mudança: Processo Psíquico e organização**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SANCHES. R. C. F. **Avaliação Institucional**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

SANTOS, B. S. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 48, 11-32.1997

SILVA, C. M. **Panorama Comunicational da Avaliação Institucional nas IES do ABC Paulista**. São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, 2010. 131p.

SOUSA, C. P.; MARCONDES, A. P.; ACOSTA, S. F. **Auto-avaliação Institucional : Uma Discussão em Processo.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo: v. 19, n. 39, p. 29-48, jan./abr., 2008. Disponível em: <[http:// www.inep.gov.br/pesquisa](http://www.inep.gov.br/pesquisa)> Acesso em: 01 Abril 2010.

UNIVERSIDADE DO GRANDE ABC. **Relatório final da Avaliação InstitucionalUNIABC 2009.** Santo André, SP, 2010. Disponível em: [http://www.IES.br/sítio/ downloads/cpa/relat\\_cpa\\_2008\\_3.pdf.pdf](http://www.IES.br/sítio/downloads/cpa/relat_cpa_2008_3.pdf.pdf) Acesso em: 20 março 2010.